



## ADVERTÊNCIA

A MUNICIPALIDADE DE PILAR DO SUL ADVERTE A TODOS OS LICITANTES, QUE NÃO ESTÁ HESITANDO PENALIZAR EMPRESAS QUE DESCUMPRAM O PACTUADO.

SOLICITAMOS QUE AS EMPRESAS APRESENTEM SUAS PROPOSTAS E LANCES DE FORMA CONSCIENTE, COM A CERTEZA DE QUE PODERÃO ENTREGAR OS OBJETOS DA FORMA COMO FORAM PEDIDOS NO EDITAL E DENTRO DOS PRAZOS, PREÇOS E PADRÕES DE QUALIDADE EXIGIDOS.

VALE LEMBRAR TAMBÉM QUE OS PEDIDOS DE REALINHAMENTO DE PREÇO SÃO EXCEÇÕES À REGRA, DESTINADOS SEMPRE A SITUAÇÕES EXCEPCIONALÍSSIMAS E SOMENTE SERÃO DEFERIDOS, SE EM TOTAL CONSONÂNCIA COM A LEI.

RATIFICAMOS, PORTANTO, QUE AS PROPOSTAS SEJAM EFETIVADAS DE FORMA SÉRIA E CONSCIENTE, VISANDO EVITAR PROBLEMAS, TANTO PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COMO PARA AS EMPRESAS LICITANTES.



## AVISO DE LICITAÇÃO

A Comissão Municipal de Licitação, com sede na Rua Tenente Almeida, 265 – Centro, faz saber que se encontra disponível a Concorrência Eletrônica n.º 05/2026, DESTINADA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DA PRAÇA DO CEMITÉRIO “SÃO JOÃO BATISTA”, LOCALIZADO NA RUA JOÃO BATISTA RIBEIRO, BAIRRO CENTRO, NESTE MUNICÍPIO DE PILAR DO SUL/SP.

Abertura da sala de disputa às **09h00min do dia 26 de junho de 2026**, a ser realizado pelo sistema Fiorilli, através do seguinte link [www.transparencia.pilardosul.sp.gov.br:8079/comprasedital/](http://www.transparencia.pilardosul.sp.gov.br:8079/comprasedital/) .

Data de encerramento do envio da PROPOSTA COMERCIAL: até às 08h59min do dia 26 de junho de 2026.

### **Mais informações:**

- Presencialmente no Paço Municipal, Departamento de Licitações
- Pelo telefone: (15) 3278-9700, Ramal 217 – Licitações
- Pelo e-mail: [licitacao@pilardosul.sp.gov.br](mailto:licitacao@pilardosul.sp.gov.br)
- Pelo site: [www.pilardosul.sp.gov.br](http://www.pilardosul.sp.gov.br)

Pilar do Sul – SP, 09 de junho de 2026.

FERNANDA CASTANHO FOGAÇA

Diretora de Licitações



## CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 05/2026

### EDITAL DE LICITAÇÃO

#### PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRONICO Nº 318/2026

#### 1) PREÂMBULO

1.1 - A PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR DO SUL, com sede na Rua Tenente Almeida, nº 265, Pilar do Sul/SP, torna público para conhecimento dos interessados que será realizada licitação na modalidade de **CONCORRÊNCIA** em sua forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, sob o regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, modo de disputa "**ABERTO E FECHADO**", o qual será processado de acordo com o que determina a Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006 e do [Decreto Municipal nº 4.332, de 26 de dezembro de 2023](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus respectivos Anexos.

1.2 - A Concorrência será realizada em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. A sessão pública será dirigida pelo Agente de Contratações, por meio de plataforma eletrônica, disponível pelo seguinte link: [www.transparencia.pilardosul.sp.gov.br:8079/comprasedital/](http://www.transparencia.pilardosul.sp.gov.br:8079/comprasedital/), com início às 09h00min do dia 26 de junho de 2026.

1.3 - As chaves de acesso à plataforma eletrônica deverão ser solicitadas com antecedência mínima de 01 (uma) hora da abertura da sala de negociações, e serão disponibilizadas à todos os interessados, através do endereço eletrônico informado na solicitação, pelo menos 30 (trinta) minutos antes da abertura da sala.

1.4 - O cadastro será feito apenas uma vez. O manual do fornecedor desenvolvido para auxiliar na operação do Portal de Compras está disponível através de solicitação por email para: [licitacao@pilardosul.sp.gov.br](mailto:licitacao@pilardosul.sp.gov.br).

1.5 - Integram este ato convocatório os seguintes ANEXOS:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Memorial Descritivo;
- Anexo III – Planilha Orçamentária;
- Anexo IV – Cronograma Físico-Financeiro;
- Anexo V – Projeto Básico;
- Anexo VI – Modelo de Procuração;
- Anexo VII - Modelo de Declaração de ME ou EPP;
- Anexo VIII - Modelo de Declaração de que atende ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal;
- Anexo IX – Modelo de Proposta;
- Anexo X – Modelo de Declaração de concordância e Fatos Impeditivos;
- Anexo XI – Modelo de Indicação de Responsável Técnico;
- Anexo XII – Atestado de Visita;
- Anexo XIII - Modelo de Declaração de Pleno Conhecimento do Local de execução dos serviços;
- Anexo XIV - Declaração de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social;
- Anexo XV – Minuta do Contrato;
- Anexo XVI – Termo de Ciência e Notificação;

#### 2) DO OBJETO

2.1 Visa o presente certame a contratação de empresa para a **EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DA PRAÇA DO CEMITÉRIO "SÃO JOÃO BATISTA", LOCALIZADO NA RUA JOÃO BATISTA RIBEIRO, BAIRRO CENTRO, NESTE MUNICÍPIO DE PILAR DO SUL/SP**, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos, com recursos provenientes do Convênio nº 100611/2026 – Secretaria de Governo e Relações Institucionais (Estadual) e contrapartida Municipal.

2.2 As empresas interessadas deverão ter pleno conhecimento dos termos constantes desta Concorrência e das condições gerais e particulares do objeto da licitação, não podendo invocar qualquer desconhecimento como



elemento impeditivo da correta formulação da proposta e de seu integral cumprimento.

### 3) DO VALOR DO CONTRATO

**3.1** Estima-se o valor desta licitação em **R\$ 418.293,52 (quatrocentos e dezoito mil, duzentos e noventa e três reais e cinquenta e dois centavos)**, não serão aceitas propostas com valor acima do estimado.

**3.1.1** – Cada concorrente deverá computar no preço que cotar, todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária a que se sujeita.

**3.1.2** – Serão desclassificadas propostas com valor superior ao indicado no item 3.1, bem como, as que sejam inexequíveis, que tenham valor igual a zero e elaborada com base no valor da proposta de demais licitantes.

**3.1.3** – Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

### 4) DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

**4.1** Os recursos financeiros para o atendimento ao objeto deste certame correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Nota de Reserva Orçamentária nº 331

Ficha: 631

Unidade Orçamentária: 020501 – SECRETARIA DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO

Funcional: 15.451.0014.1416.0000 – Reforma da Praça do Cemitério São João Batista - Convênio 100611

Categoria Econômica: 4.4.90.51.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES

Fonte do Recurso: 0 0200 - Recurso Estadual

Nota de Reserva Orçamentária nº 342 e 343

Ficha: 283

Unidade Orçamentária: 020501 – SECRETARIA DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO

Funcional: 15.451.0014.1410.0000 – REVITALIZAÇÃO DE PRAÇAS E ESPAÇOS PÚBLICOS

Categoria Econômica: 4.4.90.51.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES

Fonte do Recurso: 0 0100 - Recurso Tesouro

### 5) DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

**5.1** - Poderão participar deste certame empresas que detenham atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação e que atendam às exigências deste edital e seus anexos.

**5.2** - Será vedada a participação:

**5.2.1** De empresas suspensas temporariamente de participar em licitação e impedidas de contratar com a Prefeitura Municipal de Pilar do Sul, nos termos do artigo 87, inciso III da Lei n.º 8.666/93 e art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 ou no art. 156, III da Lei Federal n.º 14.133/2021;

**5.2.2** De empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com os órgãos e entidades da Administração Pública em geral, nos termos do artigo 87, inciso IV da Lei n.º 8.666/93; ou no art. 156 IV da Lei Federal n.º 14.133/2021

**5.2.3** Impedidas de licitar e contratar nos termos do artigo 10 da Lei nº 9.605/98.

**5.2.4** Sob a forma de consórcio.



**5.2.5** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021 situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício.

**5.3** O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação da licitante.

## **6) DO CREDENCIAMENTO**

**6.1** Para participar desta Concorrência, o licitante deverá se credenciar no Sistema de CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA através do site [www.transparencia.pilardosul.sp.gov.br:8079/comprasedital/](http://www.transparencia.pilardosul.sp.gov.br:8079/comprasedital/).

**6.2** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

**6.3** O credenciamento do licitante, junto ao provedor do sistema implicará a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a Concorrência Eletrônica.

**6.4** O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Pilar do Sul, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**6.5** A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

**6.6** Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada Concorrência Eletrônica.

**6.7** Para o credenciamento, o licitante deverá anexar ao sistema documentos comprobatórios, por um dos seguintes meios:

**6.7.1 Instrumento público de procuração** com poderes para formular ofertas e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do licitante, com prazo de validade em vigor;

**6.7.2 Instrumento particular de procuração** nos moldes do Anexo VI devidamente assinada, com poderes para formular ofertas e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome do licitante, acompanhado de cópia de seu contrato social ou estatuto, no caso de Sociedade Anônima, e dos documentos de eleição de seus administradores;

**6.7.3 Tratando-se de sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado de empresa licitante**, cópia do respectivo estatuto ou contrato social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, no caso de Sociedade Anônima, devidamente acompanhado de documentos de eleição dos administradores.

**6.8** O representante (legal ou procurador) da interessada deverá identificar-se anexando documento oficial que contenha foto;

**6.9** - Encerrada a fase de credenciamento pelo Agente de Contratação, dada pela abertura da sala de disputa, não serão admitidos credenciamentos de eventuais licitantes retardatários.

## **7) DA PROPOSTA DE PREÇO**

**7.1** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, do seguinte campo:



a) Valor global do item;

**7.2** – O Modelo de Proposta Comercial, anexo neste ato convocatório, deverá ser utilizados e anexados, para a apresentação da Proposta, devidamente preenchidos e assinados.

**7.2.1** Junto as propostas as empresas deverão apresentar devidamente preenchidos, o Cronograma Físico-Financeiro e a Planilha Orçamentária, a fim de demonstrar a formação do(s) valor(es) proposto(s), incluindo os custos com mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários.

**7.3** – Cada concorrente deverá computar, no preço que ofertar, todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes das legislações trabalhista, fiscal e previdenciária a que se sujeita quanto a execução de todos os requisitos presentes no Anexo I – Termo de Referência e Anexo II – Memorial Descritivo.

**7.4** – O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da sua apresentação.

**7.5** - A apresentação da proposta implicará, por si só, na aceitação tácita de todas as cláusulas deste edital e dos termos da Lei Federal nº 14.133/21, no que couber, e demais normas suplementares aplicáveis.

**7.6** - Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender às disposições deste Edital.

## **8) DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO**

**8.1** - A habilitação das licitantes será verificada por meio do Portal de Compras [www.transparencia.pilardosul.sp.gov.br:8079/comprasedital/](http://www.transparencia.pilardosul.sp.gov.br:8079/comprasedital/), através dos documentos de habilitação especificados deste edital.

**8.2** - Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados, concomitantemente com a proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para a abertura da sessão pública.

**8.3** - É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do Sistema Eletrônico para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

**8.4** Para efeitos de habilitação, **todos** os licitantes, **inclusive as microempresas e empresas de pequeno porte**, deverão apresentar os seguintes documentos:

**a.1)** Declaração que se enquadra como ME ou EPP conforme o caso, nos moldes do **Anexo VII**;

**a.2)** Declaração de que atende ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, nos moldes do **Anexo VIII**;

**a.3)** Declaração de concordância e Fatos Impeditivos, nos moldes do **Anexo X**;

**a.4)** Indicação de Responsável Técnico, conforme modelo constante no **Anexo XI**;

**a.5)** Comprovação de pleno conhecimento do local da obra, por meio de Atestado de Visita (**Anexo XII**) ou Declaração de Pleno Conhecimento do Local de execução dos serviços (**Anexo XIII**);

**a.6)** Declaração da licitante de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (**Anexo XIV**)

**b) Habilitação Jurídica (art. 66 da Lei nº 14.133/2021):**

**b.1.1)** registro comercial, no caso de empresa individual;



**b.1.2)** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, em conformidade com a lei em vigor;

**b.1.2.1)** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, em conformidade com a lei em vigor;

**b.1.3)** decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir, em conformidade com a lei em vigor;

**c) Habilitação fiscal, social e trabalhista (art. 68 e inciso IV e § 1º do art. 63 da Lei nº 14.133/2021):**

**c.1)** prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (**CNPJ**);

**c.2)** prova de inscrição no **Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal**, relativa ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;

**c.3)** Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, por meio da apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, que abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991;

**c.4)** Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual**, do domicílio ou sede da licitante, por meio de uma das seguintes opções:

**c.4.1)** Apresentação de Certidão Negativa ou Positiva Com Efeito de Negativa relativa a débitos inscritos na dívida ativa;

**c.4.2)** Certidão Negativa ou Positiva Com Efeito de Negativa Conjunta (Débitos inscritos e não inscritos na dívida ativa);

**c.4.1)** Declaração de isenção ou de não incidência assinada pelo representante legal do licitante, sob as penas da lei.

**c.5)** Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, por meio da apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Mobiliários, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças do domicílio ou sede da licitante;

**c.6)** Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), por meio da apresentação da **CRF (Certificado de Regularidade)**, dentro do prazo de validade;

**c.7)** Prova de regularidade perante a **Justiça do Trabalho**, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que poderá ser obtida no site [www.tst.gov.br](http://www.tst.gov.br).

**d) Qualificação Técnica (art. 67 da Lei nº 14.133/2021):**

**d.1)** Prova de Registro na entidade profissional competente que se dará pela apresentação da Certidão de Registro no **CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia)** e/ou Certidão de Registro no **CAU (Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo)**, **DA EMPRESA LICITANTE**, conforme Resolução 266/79 e Resolução 21/2012, demonstrando situação regular na data de apresentação da proposta, devidamente atualizada em todos os seus dados cadastrais e contratuais;

**d.1.1)** A empresa com sede fora do Estado de São Paulo, caso seja declarada vencedora do certame, deverá providenciar o visto junto ao **CREA/SP** como condição indispensável para a assinatura do contrato, nos termos da legislação em vigor.



**d.2)** Indicação do engenheiro/arquiteto responsável técnico pela obra (com atribuições compatíveis), com a sua devida anuência como responsável e a comprovação de vínculo profissional, **conforme anexo XI**.

**d.3)** Prova de Registro na entidade profissional competente que se dará pela apresentação da Certidão de Registro no **CREA** (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou Certidão de Registro no **CAU** (Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo), **DO PROFISSIONAL**, demonstrando situação regular na data de apresentação da proposta, devidamente atualizada em todos os seus dados cadastrais e contratuais;

**d.3.1)** A comprovação do vínculo profissional far-se-á através da apresentação do contrato social, quando sócios, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços, nos termos da Súmula 25 do TCE, desde que vinculado o profissional acima indicado com a empresa licitante na data prevista para entrega da proposta;

**d.3.2)** No decorrer da execução dos serviços, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 67, § 6, da Lei n.º 14.133, de 2021, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

**d.4) Capacidade técnica-operacional:** Apresentação de atestado(s) expedido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado em nome da licitante, comprovando a execução de serviços similares, compatíveis e em quantitativo mínimo de 50% desta licitação, devendo neles constar às quantidades, prazos e características dos serviços. Tais atestados deverão estar devidamente registrados em entidade competente, consideradas as parcelas do objeto da maior relevância, como segue, já na quantidade de 50% (cinquenta por cento) da planilha:

## **1. EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COLORIDO DE 20X10CM, ESPESSURA 6CM: 296,28 M²;**

**d.5) Capacidade técnico profissional:** Mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico - CAT, expedida pelo CREA/ CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão dos serviços, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, considerando as parcelas do objeto de maior relevância como segue (Conforme súmula 23 do TCESP).

## **1. . EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COLORIDO DE 20X10CM, ESPESSURA 6CM;**

**d.6)** Atestado de Visita Técnica da LICITANTE fornecido pela Secretaria de Obras, Infraestrutura e Urbanismo (SOIURB) da Prefeitura Municipal de Pilar do Sul/SP, Anexo XII.

**d.6.1)** A Visita Técnica deverá ser agendada na Secretaria de Obras Infraestrutura e Urbanismo (SOIURB) através do Telefone: (15) 3278-2526, de segunda à sexta, das 07:30 às 17:00 horas, com antecedência mínima de 01 (um) dia da data de abertura da licitação.

**d.7)** Não sendo realizada a visita, o licitante deverá apresentar a declaração de pleno conhecimento do local de execução dos serviços, conforme modelo do Anexo XIII.

### **e) Habilitação Econômico-Financeira (art. 69 da Lei nº 14.133/2021):**

**e.1)** Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, cuja pesquisa tenha sido realizada em data não anterior a 90 (noventa) dias da data prevista para a abertura da sala de disputa.

**e.2)** balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data de apresentação da proposta. Limitar-se-a ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

**e.2.1)** Serão considerados como na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:



a) Na sociedade empresarial regida pela Lei nº. 6.404/76, 11.638/07, 11.941/09, mediante documento publicado em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação, no prazo consignado pela legislação especial aplicável.

b) As empresas desobrigadas a adotar a ECD – Escrituração Contábil Digital e que não tenham optado por esse meio, deverão apresentar o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, extraídos do Livro Diário, contendo Termo de Abertura e de Encerramento, comprovando-se que as cópias apresentadas correspondem aos livros devidamente autenticados no órgão de registro competente, no prazo consignado pela lei civil.

c) Para as empresas obrigadas a adotar, ou que optaram por utilizar, a Escrituração Contábil Digital (ECD) deverão apresentar a impressão do arquivo gerado pelo SPED Contábil constando o Termo de Abertura e Encerramento com o termo de autenticação eletrônica gerada pelo sistema, recibo de entrega do Livro Digital e a Demonstração de Resultado do Exercício, no prazo consignado pela Instrução competente da RFB.

**e.2.2)** As empresas recém constituídas e que não tenham promovido a apuração dos primeiros resultados, poderão participar do certame apresentado o seu “balanço de abertura” que demonstre a sua situação econômico-financeira, devidamente registrado.

**e.3)** Comprovação da boa situação financeira do licitante, documento que deverá ser elaborada pela empresa e que será aferida pela observância mínima dos seguintes índices: Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Endividamento, calculados com base no Balanço Patrimonial do último exercício social, da seguinte forma:

a) **Liquidez Geral** =  $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}$

$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$

(O resultado deverá ser maior ou igual a 1,00)

b) **Liquidez Corrente** =  $\frac{\text{Ativo Circulante}}$

$\frac{\text{Passivo Circulante}}$

(O resultado deverá ser maior ou igual a 1,00)

c) **Endividamento** =  $\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$

$\frac{\text{Ativo Total}}$

(O resultado deverá ser menor ou igual a 0,50)

## 8.5 Disposições gerais sobre a documentação de habilitação:

**8.5.1** Os documentos remetidos por meio do sistema eletrônico poderão ser solicitados no original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Agente de Contratação.

**8.5.2** Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.

**8.5.3** Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, serão aceitas como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

**8.5.4** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto:

8.5.4.1 aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

8.5.4.2 os atestados de capacidade técnica, que poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

**8.5.5** A entrega de documento de habilitação que apresente falha não sanável na sessão acarretará a inabilitação do licitante, exceto quanto à documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, quando será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da



administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme previsto no § 1º do art. 43 da Lei Complementar 123/2006.

**8.5.6** O Agente de Contratação ou a Equipe de Apoio poderá diligenciar efetuando consulta na internet junto aos sites dos órgãos expedidores a fim de verificar a veracidade dos documentos obtidos por este meio eletrônico, exclusivamente à seu critério.

**8.5.7** As Certidões de Regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa, poderão ser apresentadas Negativas ou Positivas com efeitos de Negativa, bem como deverão ser apresentadas àquelas relativas ao objeto deste certame.

## **9) DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**9.1** No horário e local indicados no preâmbulo deste edital, será aberta a sessão de processamento da Concorrência Eletrônica, iniciando - se com a abertura da sala de disputa do certame.

**9.2** O Agente de Contratações verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas.

**9.3** Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**9.4** A análise das propostas pelo Agente de Contratação visará à verificação do atendimento das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências essenciais do edital.

**9.5** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**9.6** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**9.7** A desclassificação da proposta da licitante importa preclusão do seu direito de participar da fase de lances.

**9.8** Após a fase de classificação, não caberá desistência das propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente comprovado e desde que aceito pelo Agente de Contratação.

**9.9** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**9.10** Os lances verbais deverão ser formulados em valores distintos, decrescentes inferiores à proposta de menor oferta.

**9.11** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**9.12** Será adotado para o envio de lances na Concorrência Eletrônica o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

**9.13** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**9.14** Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final



e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**9.15** Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de 03 (três), oferecer 01 (um) lance final e fechado em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

**9.16** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**9.17** Poderá o Agente de Contratação, auxiliado pela Equipe de Apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

**9.18** Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Agente de Contratação, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente ao Departamento de Licitações;

**9.19** Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

**9.20** Não serão aceitos 02 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**9.21** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**9.22** Se ocorrer a desconexão do Agente de Contratação no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**9.23** No caso de a desconexão do Agente de Contratação persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública da Concorrência será suspensa e reiniciada somente em data e horário marcado e informado à todos os licitantes por meio de comunicação expressa do fato aos participantes no sítio [www.transparencia.pilardosul.sp.gov.br:8079/comprasedital/](http://www.transparencia.pilardosul.sp.gov.br:8079/comprasedital/).

**9.24** O Agente de Contratação poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

**9.25** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**9.26** Se houver empate após a desistência de todos os demais licitantes, será assegurado o exercício do direito de preferência às microempresas e empresas de pequeno porte, nos seguintes termos (LC n° 123, art. 44, caput):

**9.26.1** Entende-se por empate aquelas situações em que os preços apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao melhor preço apresentado; (LC n° 123, art. 44, § 1°)

**9.26.2** A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela mais bem classificada no certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado; (LC n° 123, art. 45, inc. I)

**9.26.3** O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

**9.27** Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação em licitação ou a contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro de Apenados pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; <https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-na-relacao-de-apeados>



b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União - CGU; <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ; [https://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php?validar=form](https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form)

d) Cadastro de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU; <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:2:::NO:2:>

**9.28** Considerada aceitável a menor oferta, será aberta a fase de habilitação, onde o Agente de Contratação e os membros da comissão avaliarão os documentos apresentados pela empresa.

**9.29** A licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste edital ou com irregularidades, será inabilitada, não se admitindo complementação posterior à sessão, exceto quanto à documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte.

**9.30** É facultada ao Agente de Contratação ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta/documentação.

**9.31** Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame, abrindo-se, neste momento, a oportunidade para manifestação da intenção de interpor recurso aos licitantes, nos termos da cláusula 10 deste instrumento.

**9.32** Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Agente de Contratação examinará a oferta subsequente de menor oferta, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

## 10) DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO RECURSO

**10.1** - Com antecedência superior a **03 (três) dias úteis** da data fixada para o recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório desta Concorrência Eletrônica.

**10.2** - Os Esclarecimentos e pedidos de providências poderão ser solicitados por quaisquer meios de comunicação com o Departamento de Licitações deste Município, a saber: Telefone (15) 3278-9700 – Ramal 217, endereço eletrônico [licitacao@pilardosul.sp.gov.br](mailto:licitacao@pilardosul.sp.gov.br) ou presencialmente na sala de licitações, localizada no paço João Urias de Moura.

**10.3** - As impugnações devem ser protocoladas na sede da Prefeitura Municipal de Pilar do Sul, dirigidas ao subscritor deste Edital ou enviadas para o endereço eletrônico [licitacao@pilardosul.sp.gov.br](mailto:licitacao@pilardosul.sp.gov.br).

**10.3.1** - Acolhida a petição contra o ato convocatório, em despacho fundamentado, será designada nova data para a realização deste certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

**10.4** - A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado este Edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

**10.5** - Dos atos do Agente de Contratação cabem recurso, devendo haver manifestação motivada de sua intenção de interpor recurso, através de formulário próprio do Sistema Eletrônico, explicitando sucintamente suas razões, após o término da sessão de lances, com o devido registro em ata da síntese da motivação da sua intenção, abrindo-se então o prazo de **03 (três) dias úteis** que começará a contar a partir da declaração do vencedor para a apresentação das razões, ficando os demais licitantes, desde logo intimados para apresentar contrarrazões, em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;



**10.6** - A ausência de manifestação imediata e motivada pelo licitante na período definido durante a sessão pública importará na decadência do direito de recurso, na adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor e no encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação;

**10.7** - Na hipótese de interposição de recurso, o Agente de Contratação poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente;

**10.8** - Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório;

**10.9** - O recurso contra decisão do Agente de Contratação terá efeito suspensivo e o seu acolhimento resultará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

**10.10** - As razões de recurso deverão ser protocolizadas, no prazo supra, junto ao Setor de Protocolo, no endereço indicado no preâmbulo do presente edital, nos dias úteis, das 07:30 às 17:00 horas, ou enviadas para o endereço eletrônico [licitacao@pilardosul.sp.gov.br](mailto:licitacao@pilardosul.sp.gov.br), sob pena de configurar-se a desistência da intenção de recurso manifestada na sessão pública.

## **11) DA DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO**

**11.1** - Ao licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.

**11.2** - No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência Eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção dos lances, retornando o Agente de Contratação, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

**11.3** - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a Sessão da Concorrência Eletrônica será suspensa e terá reinício somente após a comunicação expressa aos participantes.

**11.4** - A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

## **12) DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**12.1** - A contratação decorrente desta licitação será formalizada nos termos da minuta que integra este Edital como Anexo XV.

**12.2** - O adjudicatário deverá assinar o instrumento de contrato no prazo de até 05 (cinco) dias, a partir da convocação, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período a critério da Administração, sob pena de decair do direito à contratação se não o fizer, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**12.3** - O Contrato terá vigência por 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério das partes, nos limites legais permitidos da Lei n° 14.133/2021.

**12.4** A Contratante poderá suprimir ou acrescentar o objeto do contrato, a critério exclusivo, de acordo com o disposto no Art. 125, da Lei Federal n.º 14.133/21.

**12.5** Quando o adjudicatário, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, apresentar vencimento em sua situação regular de que trata o item 8, ou se recusar a celebrar a contratação, será convocado outro licitante na ordem de classificação das ofertas, e assim sucessivamente, com vistas à celebração da contratação.

## **13) DA GARANTIA CONTRATUAL**



**13.1** A garantia no valor de 5% (cinco por cento) do Contrato, qualquer que seja a modalidade escolhida, nos termos do artigo 98, da Lei 14.133/21, deverá assegurar o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas.
- b) prejuízos causados a administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.
- c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à licitante vencedora.
- d) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela licitante vencedora.

13.1.1 A **modalidade seguro garantia** somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nas alíneas do subitem 13.1.

**13.2** A garantia poderá ser efetuada nas seguintes modalidades, consoante preceitua o § 1º do artigo 96 da Lei Federal n.º 14.133/21 e suas alterações:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

**13.3** - A não prestação de garantia equivalerá recusa injustificada para a celebração do contrato, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando o adjudicatário às penalidades legalmente estabelecidas.

**13.4** - A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, conforme dispõe o artigo 100 da Lei Federal n.º 14.133/21 e suas alterações.

**13.5** - A liberação ou restituição da garantia não isenta a Contratada das responsabilidades, nos termos das prescrições legais.

**13.6** - Será exigida **garantia adicional** do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei nº 14.133/2021.

## 14) DO PAGAMENTO

**14.1** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a medição aprovada, conforme percentual executado de evolução da obra, aferido pelos técnicos da Prefeitura Municipal.

**14.1.1** A CONTRATADA deverá protocolar junto a Prefeitura, a solicitação de medição de obra, apresentando o requerimento, planilha e os documentos que comprovem a regularidade trabalhista dos funcionários.

**14.2** A aprovação da aferição prévia apresentada pela CONTRATADA não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados e materiais utilizados.

**14.3** Após a aprovação, a CONTRATADA emitirá Nota Fiscal/Fatura.

**14.4** O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura



apresentada pela CONTRATADA, acompanhada dos demais documentos exigidos neste Edital.

**14.5** O “atesto” da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA com os serviços efetivamente executados.

**14.6** Se forem constatados erros no Documento Fiscal, suspender-se-á o prazo de vencimento previsto, voltando o mesmo a ser contado, a partir da apresentação dos documentos corrigidos, sem qualquer acréscimo.

**14.7** A liberação do pagamento estará condicionada à apresentação pela Contratada dos seguintes documentos, de sua única e inteira responsabilidade:

- a) A apresentação da relação de empregados que estiverem envolvidos na prestação de serviços contratados; e
- b) A apresentação das Guias de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP, relativo ao mês imediatamente anterior;
- c) Comprovante de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, devidamente recolhida, do CREA-SP.
- d) Certidão Negativa de Tributos Municipais.
- e) Certidão Negativa de Tributos Estaduais.
- f) Certidão Negativas de Tributos Federais.
- g) Certidão Negativas de Débitos Trabalhistas.
- h) Certidão Negativa de Falência/Concordata
- i) Protocolo de Conectividade
- j) Certidão de Regularidade do FGTS.
- k) DCTFWEB e Recibo de entrega com comprovante de pagamento do período.
- l) GRF- com comprovante de pagamento do FGTS do período.
- m) Folha de Pagamento do Período da execução dos serviços com a relação dos funcionários alocados de acordo com o contrato. GEFIP-SEFIP do período com os funcionários alocados de acordo com o número estabelecido no contrato no CNPJ da Prefeitura ou CNO da obra quando for o caso.
- n) Para receber o último pagamento correspondente a conclusão das obras, além dos documentos acima citados, a CONTRATADA primeiramente deverá realizar o fechamento da matrícula no Cadastro Nacional de Obras (CNO) da obra, arcando com os custos deste encerramento, assim como apresentar a Certidão Negativa de Débitos da Obra junto ao INSS.

**14.8** Havendo erro na apresentação de qualquer dos documentos exigidos nos subitens anteriores ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

**14.9** Deverá constar no documento fiscal: Concorrência Eletrônica nº 05/2026, bem como Banco, n.º da Conta Corrente e Agência bancária, sem os quais o pagamento ficará retido por falta de informação fundamental.

**14.10** A Prefeitura reserva-se o direito de descontar do pagamento devido à licitante vencedora, os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas por descumprimento de cláusulas contratuais, bem como os tributos e contribuições devidos e permitidos em lei.

**14.11** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, inclusive quanto ao artigo 31 da Lei n.º 8.212, de 1991.

**14.12** Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar n.º 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

**14.13** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei



Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

**14.14** Das Obrigações Acessórias referente ao INSS, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 2110, de 17 de outubro de 2022 em seu Art. 25 § 11. Para fins do disposto no inciso IV do caput, a empresa prestadora de serviços está obrigada a destacar nas notas fiscais, nas faturas ou nos recibos de prestação de serviços emitidos, o valor da retenção para a Previdência Social, na forma estabelecida nos arts. 121 e 122. (Lei nº 8.212, de 1991, art. 31, § 1º; e Regulamento da Previdência Social, de 1999, art. 219, § 4º)

**14.15** Se não houver a discriminação de valores em contrato, independentemente da previsão contratual do fornecimento de equipamento, a base de cálculo da retenção de que trata o art. 110 corresponderá, no mínimo, aos seguintes percentuais do valor bruto da nota fiscal ou fatura:

a) 50% (cinquenta por cento), para a prestação de serviços em geral; e

b) no caso da prestação de serviços na área da construção civil:

1. 10% (dez por cento), para pavimentação asfáltica;

2. 15% (quinze por cento), para terraplenagem, aterro sanitário e dragagem;

3. 45% (quarenta e cinco por cento), para obras de arte (pontes ou viadutos);

4. 50% (cinquenta por cento), para drenagem; e

5. 35% (trinta e cinco por cento), para os demais serviços realizados com a utilização de equipamentos, exceto os manuais.

**14.16** O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela CONTRATADA, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

**14.17** Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**14.18** A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

**14.19** Nenhum pagamento será feito à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**14.20** IMPOSTO DE RENDA NA FONTE: De acordo com a instrução normativa 2.145 de 26/06/2023 (Publicado no DOU de 27/06/2023, seção 1, página 42, onde dispõe que, os órgãos da administração pública direta dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive suas autarquias e fundações, ficam obrigados a efetuar a retenção na fonte do imposto sobre a renda incidente sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil. Portanto as retenções serão feitas em conformidade com as instruções do Mafon publicado no dia 23/02/2023, Instrução Normativa RFB no 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e Decreto Municipal nº4.264 de 03 de agosto de 2023. As notas fiscais emitidas pelos fornecedores devem conter a alíquota descrita na tabela de retenção anexo único do Decreto Municipal que estabelece as alíquotas aos Órgãos Públicos, o valor da retenção de acordo com o material entregue ou serviço prestado, e no caso de emissão de boletos, esses devem vir com o valor líquido.

## **15) DA FISCALIZAÇÃO**

**15.1** - A Prefeitura designará o Secretário de Obras, Infraestrutura e Urbanismo para representá-la na qualidade de fiscalizador do Contrato. O fiscalizador poderá designar outros funcionários para auxiliá-lo no exercício da fiscalização.

**15.2** - A fiscalização elaborará documentos de forma objetiva aos serviços decorrentes, as quais justificarão os pagamentos pelos serviços efetivamente realizados.



**15.3** – O acompanhamento, o controle, a fiscalização e avaliação de que trata este item não excluem a responsabilidade da CONTRATADA e nem confere à CONTRATANTE responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na prestação dos serviços contratados.

**15.4** – A CONTRATANTE se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ora contratados, fornecidos em desacordo com o presente Edital, seus Anexos e Contrato.

**15.5** – As determinações e, as solicitações formuladas pelo representante da CONTRATANTE encarregado da fiscalização do contrato deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, ou, em caso de impossibilidade, justificadas por escrito.

## **16) DAS SANÇÕES**

**16.1** – A vencedora do certame que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente edital ficará sujeita às penalidades previstas no art. 156 da Lei 14.133/21.

**16.2** – Nos termos do art. 156 da Lei n.º 14.133/21, pela inexecução total ou parcial do Contrato dele derivado, a Contratada, garantida a prévia defesa, ficará sujeita às seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa de até 30% (trinta por cento) do valor do Contrato;
- c) Impedimento de contratar com este órgão promotor do certame, por prazo de até 3 (três) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública em geral pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**16.3** – Os licitantes estão sujeitos, também, à imposição de multa correspondente a até 2% (dois por cento) do valor da proposta se, por ato ou omissão de seu representante, provocar tumulto na sessão de Concorrência ou retardar o procedimento licitatório, ou ainda, desistir do lance ofertado.

**16.4** – A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a Ata, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às seguintes penalidades:

- a) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida;
- b) a aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade e/ou declaração de inidoneidade, conforme previsto no artigo 156, III e IV da Lei Federal n.º 14.133/21.

**16.5** – O atraso injustificado na entrega dos produtos, sujeitará a Contratada à multa de mora, calculado por dia de atraso da obrigação não cumprida na seguinte proporção:

- a) atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,1% (um décimo por cento) ao dia; e
- b) atraso superior a 30 (trinta) dias, até o limite de 60 (sessenta) dias: multa de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia.

**16.6** – Pela inexecução total ou parcial do Contrato, poderão ser aplicadas à Contratada as seguintes penalidades:

- a) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida; e
- b) a aplicação de Impedimento de licitar e contratar com a Municipalidade e/ou declaração de inidoneidade, conforme previsto no artigo 156, III e IV da Lei Federal n.º 14.133/21.

**16.7** – A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis. A penalidade de multa poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com qualquer das demais, podendo ser descontada de eventuais créditos que tenha em face da Contratante.

**16.8** – As multas previstas nesta cláusula não têm natureza compensatória e o seu pagamento não elide a responsabilidade da Contratada por danos causados à Contratante.

**16.9** – Pela não regularização da documentação de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das



microempresas e empresas de pequeno porte, no prazo previsto neste edital, implicará decadência do direito à contratação e a Administração poderá garantir a prévia defesa, aplicar ao licitante multa equivalente a 2% (dois por cento) do valor estimado de contratação do objeto, cominada com a aplicação de suspensão temporária para licitar e contratar com a Municipalidade e/ou declaração de inidoneidade, conforme previsto no artigo 156, III e IV da Lei Federal n.º 14.133/21;

**16.10** - O prazo para defesa prévia quanto à aplicação de penalidade é de **15 (quinze) dias úteis** contados da data da intimação do interessado.

**16.11** - O valor das multas será recolhido aos cofres Municipais, dentro de **03 (três) dias úteis** da data de sua cominação, mediante guia de recolhimento oficial.

**16.12** - Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido, será automaticamente descontado da primeira parcela de preço a que a Contratada vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

**16.13** - Após a aplicação de quaisquer das penalidades acima previstas, realizar-se-á comunicação escrita à empresa e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato seja registrado no cadastro correspondente.

## **17) DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**17.1** - As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

**17.2** - A Prefeitura Municipal de Pilar do Sul poderá, a qualquer tempo, motivadamente, revogar no todo ou em parte a presente licitação.

**17.3** - Das sessões públicas de processamento da Concorrência Eletrônica serão lavradas atas circunstanciadas, a serem assinadas pelo Agente de Contratação e pela Equipe de Apoio.

**17.4** - O sistema manterá sigilo quanto à identidade das licitantes para o Agente de Contratação até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta e para os demais até a etapa de habilitação.

**17.5** - Todas as Informações pertinentes a esta Concorrência Eletrônica, será publicada no sitio online oficial do município, disponível em: <https://www.pilardosul.sp.gov.br/licitacao>.

Pilar do Sul, 09 de junho de 2026.

**CLAYTON ÁLVARO MACHADO**  
Prefeito Municipal



## ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA

Concorrência Eletrônica nº 05/2026



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR DO SUL

SOI Urb - Secretaria de Obras, Infraestrutura e Urbanismo

RUA JOÃO BATISTA RIBEIRO, nº 295 - Centro - (15) 3278-2526 /2317 - PILAR DO SUL-SP

### TERMO DE REFERÊNCIA

**Obra:** Execução de reforma e revitalização da praça do cemitério “São João Batista”.

**Local:** Rua João Batista Ribeiro, Centro, Pilar do Sul-SP.

**Objeto:** Contratação de empresa para execução de obra de reforma e revitalização da praça do cemitério “São João Batista”, localizado na rua João Batista Ribeiro, bairro Centro, neste município de Pilar do Sul/SP.

#### 1. Considerações gerais

- a) Os interessados deverão vistoriar o local dos serviços antes da elaboração do orçamento de proposta.
- b) Não serão aceitas alegações posteriores de desconhecimento das condições do terreno e do projeto.
- c) Estão sendo disponibilizados, em anexo, o projeto básico, a planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e memorial descritivo, para que as empresas interessadas na participação do certame licitatório possam realizar um criterioso levantamento dos serviços à serem desenvolvidos.
- d) A contratada deverá fornecer todos os equipamentos e materiais necessários para execução da obra e os serviços contratados serão executados rigorosamente de acordo com os documentos anexos ao edital e de acordo com as normas técnicas e legislações vigentes.
- e) É responsabilidade da contratada zelar pelos equipamentos utilizados para a execução dos serviços.
- f) A contratada ficará responsável por fornecer, caso haja necessidade, hospedagem, refeições e deslocamento dos seus funcionários até o local de trabalho, conforme determinam as legislações trabalhistas vigentes.
- g) A contratada deverá obedecer às determinações legais ou emanadas por autoridades legais, ou pela contratante (Meio ambiente, segurança e saúde ocupacional).
- h) A contratada deverá apresentar os relatórios de PCMAT - Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho, PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional e PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais.

Assinado por 2 pessoas: JEFERSON ROBERTO FERREIRA DOS SANTOS e RAFAEL CORREA MARIANO  
Documento assinado digitalmente/electronicamente. Confira as assinaturas no link: <https://pilardosul.flowdocs.com.br/2096/public/assinaturas/A2E8FAF647444CD584557ABD4A8A155E>





- i) A contratada deverá empregar mão-de-obra idônea de modo a reunir permanentemente em serviço uma equipe técnica homogênea e suficiente de operários e encarregados devidamente treinados e habilitados, visando à perfeita execução dos serviços.
- j) A contratada deverá indicar o seu responsável técnico e realizar a emissão da ART de execução da obra ou serviço, assinada e com taxa recolhida, devendo este ser aprovado pelo departamento técnico da Secretaria de Obras, Infraestrutura e Urbanismo - SOI Urb.
- k) Todos os materiais deverão ser de primeira qualidade e fornecidos pela empresa responsável pela execução da obra.
- l) Toda mão de obra será de responsabilidade da contratada.
- m) Serão impugnados pela fiscalização da Prefeitura todos os trabalhos que não satisfaçam às condições contratuais.
- n) Qualquer alteração que se fizer necessária em projeto ou especificação, deverá ser previamente autorizada pela fiscalização da obra (contratante), ficando a cargo da contratada, quando for o caso, a elaboração do “as built” para cadastro da SOI Urb, apresentando-os em cópia e arquivo digitalizado.
- o) A empresa contratada deverá disponibilizar um banheiro químico para seus colaboradores, com retirada de efluentes no mínimo 1 vez por semana, sendo que o descarte deverá ser em locais autorizados conforme exigências da CETESB.

## 2. Obrigações e responsabilidades da contratada

- 2.1 A contratada, além dos demais encargos previstos no termo de referência e demais anexos que o integram o edital, obriga-se a executar todas as ações e serviços constantes neste item.
- 2.2 A contratada deverá promover a organização técnica e administrativa dos serviços, objeto da contratação, de modo a conduzi-los de acordo com as técnicas aplicáveis a trabalhos desta natureza, com zelo, diligência e economia, bem como com rigorosa observância às normas da ABNT, as especificações, aos prazos e outros documentos pertinentes.
- 2.3 A contratada obriga-se a conduzir os trabalhos de acordo com as normas técnicas, em estrita observância à legislação federal, estadual e municipal, aplicável, procurando não prejudicar o bem estar da população.
- 2.4 A contratada deverá apresentar um cronograma quinzenal detalhando as atividades a serem desenvolvidas naquele período.
- 2.5 Utilizar os recursos necessários para evitar passagem de resíduos para as áreas adjacentes àquelas onde os serviços forem executados.





- 2.6 Recompôr nos padrões de qualidade e acabamento anteriores, as áreas adjacentes que eventualmente forem danificadas no andamento dos trabalhos. Realizar limpeza do local após a execução dos serviços.
- 2.7 Informar à gestão contratual sobre material retirado passível de aproveitamento ou reciclagem, para que este tome decisão sobre sua destinação.
- 2.8 Responsabilizar-se pelo descarte adequado do lixo ou entulho gerado pela execução dos serviços.
- 2.9 Transportar, sob sua exclusiva responsabilidade e expensas, todo e qualquer material, ferramenta e equipamentos necessários à execução dos trabalhos.
- 2.10 Prestar, por escrito, as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, durante todo o período de vigência do contrato decorrente deste termo de referência.
- 2.11 Assegurar-se da boa prestação do serviço, verificando periodicamente o seu bom desempenho.
- 2.12 A contratada obriga-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, a se cadastrar e a manter atualizado o cadastro no sistema de protocolo eletrônico *Flowdocs* e junto à Prefeitura Municipal de Pilar do Sul, bem como as condições de habilitação exigidas na licitação que deu origem ao presente instrumento, comunicando imediatamente qualquer fato ou circunstância superveniente que altere tais condições.
- 2.13 A contratada obriga-se a executar os reparos, emergenciais ou não, em função do desenvolvimento dos serviços solicitados.
- 2.14 Os serviços executados com vícios ou defeitos, devidamente comprovados, em virtude de ação ou omissão involuntária, negligência, imperícia, imprudência ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, serão refeitos sob exclusiva e integral responsabilidade da contratada, sem ônus para a prefeitura municipal de Pilar do Sul, sem prejuízo do disposto na cláusula de multas e penalidades contratuais.
- 2.15 A contratada obriga-se a manter os locais de realização dos serviços sob sua responsabilidade sempre limpo e organizado, de forma a permitir o perfeito andamento dos serviços e as melhores condições de segurança.
- 2.16 A contratada se responsabiliza pela conduta que seus empregados deverão ter durante a execução dos trabalhos, assegurando, outrossim, que os mesmos manterão o devido respeito e cortesia no relacionamento com os cidadãos, assim como aos servidores da prefeitura municipal de Pilar do Sul.
- 2.17 A contratada se obriga a fornecer uma lista de todos os empregados registrados na frente de serviço que estiver em execução. Nessa lista deve constar: nome, registro e função. Em caso de





movimentação deverá ser fornecida, imediatamente, a lista atualizada.

2.18 A contratada deverá permitir e facilitar o acesso à contratante, ou ao preposto por ela designado ao levantamento físico da força de trabalho da contratada, pertencendo, à prefeitura municipal de Pilar do Sul, para todos os efeitos, as informações coletadas e os resultados apurados.

2.19 Os empregados da contratada, quando da realização dos serviços, deverão estar devidamente identificados com uniformes, crachá de identificação em lugar visível e com os EPI's e EPC's necessários para o desempenho das atividades requeridas.

2.20 Os materiais que tratam o item anterior deverão ser fornecidos pela contratada.

2.21 Se fará necessário, após a contratação para realização do serviço, que a empresa apresente ao setor competente da prefeitura municipal de Pilar do Sul, todos os itens e requisitos básicos, em essencial os de proteção individual e os de proteção coletiva.

2.22 Se a empresa estiver em desacordo com os requisitos básicos de segurança do trabalho a mesma será notificada pela contratante, devendo a contratada promover a imediata regularização de tal situação.

2.23 Os funcionários alocados ao serviço deverão ter vínculo profissional com a contratada através registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, inclusive autônomos que preencham os requisitos e se responsabilizem pela execução dos serviços.

2.24 Havendo intenção de terceirização de serviços por parte da empresa contratada, deverá ser previamente solicitada formalmente para a contratante, cabendo a segunda parte avaliar tal possibilidade e autorizar ou negar tal solicitação. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

2.25 A contratada deverá efetuar o registro de todas as ocorrências/eventos verificados na frente de serviço.

2.26 A contratada obriga-se a impedir a entrada de terceiros, estranhos aos serviços, nos locais de trabalho, ou prestar-lhes quaisquer informações sem expressa autorização da Prefeitura municipal de Pilar do Sul, dada por escrito.

2.27 A contratada deverá observar as normas de segurança e saúde do trabalho, constantes da CLT, da Portaria nº 3.214/78, do Ministério do Trabalho, especialmente as previstas na NR 18, bem como outras disposições relacionadas com a matéria. A inobservância do quanto aqui exposto ensejará a aplicação das penalidades previstas no contrato.

2.28 Deverá haver o cumprimento do que diz na Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho,





através das normas regulamentadoras.

2.29 Os serviços deverão ser executados por mão-de-obra qualificada, atendendo às normas específicas da ABNT e recomendação dos fabricantes, apresentando garantia de vícios aparentes ou de fácil constatação.

2.30 Cabe à contratada reportar, por escrito, à equipe de fiscalização da Prefeitura municipal de Pilar do Sul em prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidentes que se verificarem no local dos serviços, independentemente de comunicação verbal, que deve ser imediata.

2.31 A contratada deverá manter um esquema de segurança de veículos e de pedestres que transitem pelas imediações onde esteja ocorrendo a execução dos serviços, inclusive com uso de cones, tela tapume, fitas zebradas, avisos de advertência, entre outros que forem necessários de modo a minimizar todo o risco possível de acidentes. Os materiais de sinalização deverão ser disponibilizados pela empresa contratada e a guarda e conservação dos mesmos ficará sob sua inteira responsabilidade.

2.32 Se, nos estudos realizados no âmbito de suas atividades específicas, como responsável pela execução deste contrato, a contratada vier a constatar quaisquer discrepâncias, omissões ou erros, inclusive qualquer transgressão às normas técnicas, regulamentos ou leis em vigor, deverá comunicar o fato, por escrito, e de imediato, à prefeitura municipal de Pilar do Sul, para que os mesmos sejam sanados.

2.33 A contratada deverá, sempre que necessário e solicitado pela fiscalização, manter permanentemente na frente de serviço em execução um responsável ou encarregado, para receber as instruções, bem como para proporcionar à equipe de fiscalização da prefeitura municipal de Pilar do Sul, toda a assistência e facilidade necessárias ao bom cumprimento e desempenho de suas tarefas.

2.34 A contratada obriga-se a responder pelo pagamento de todos e quaisquer ônus, tributos e multas oriundas deste contrato, inclusive os de origem fiscal, previdenciária e/ou trabalhista.

2.35 A contratada deverá indenizar e manter isenta a prefeitura municipal de Pilar do Sul e seus servidores e gestores do executivo contra quaisquer e todos os processos, ações ou procedimentos administrativos, reivindicações, demandas, perdas, danos, custas e despesas de qualquer natureza, surgidos em conexão com a construção e em razão de culpa pela contratada ou sub-contratada, ou seus empregados, administradores ou agentes.

2.36 Durante e após a vigência do contrato, a contratada deverá manter a prefeitura municipal de Pilar do Sul à margem de quaisquer ações judiciais, reivindicações ou reclamações, sendo a contratada em quaisquer circunstâncias, nesse particular, considerada como única e exclusiva empregadora e responsável por quaisquer ônus que a prefeitura municipal de Pilar do Sul venha a arcar em qualquer época, decorrente de tais ações, reivindicações ou reclamações.





2.37 A contratada deverá manter no local dos serviços o diário de obra ou livro de ordem, devendo a contratante receber as segundas vias das folhas do mesmo; nesse livro devem estar registrados os trabalhos em andamento, condições especiais que afetem o desenvolvimento dos trabalhos, condições do tempo, o recebimento de materiais, fiscalizações ocorridas e suas observações, anotações técnicas, quantidade de funcionários e suas atividades, folha ponto em anexo, entre outros.

### 3. Ordem de serviço

3.1 Quando da formalização do contrato, deverá a contratada realizar a primeira reunião de forma presencial na Secretaria de Obras, Infraestrutura e Urbanismo de Pilar do Sul-SP para a assinatura da ordem de serviço.

3.2 A contratada somente estará autorizada a iniciar os serviços após a análise, aprovação e emissão da ordem de serviço pela fiscalização do contrato.

### 4. Fiscalização dos serviços

4.1 Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços objeto deste contrato, a prefeitura municipal de Pilar do Sul, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, poderá exercer a mais ampla e completa fiscalização da execução dos serviços pela contratada, diretamente ou por prepostos oficialmente designados, e, para este efeito, a contratada e eventuais subcontratadas, se obrigam, dentre outra a:

- a) Prestar esclarecimentos e informações solicitados pela prefeitura municipal de Pilar do Sul ou pelo preposto por ela designado, garantindo-lhe o acesso, a qualquer tempo, a frente de serviço, bem como aos documentos relativos aos serviços executados ou em execução;
- b) Atender prontamente as reclamações, exigências ou observações feitas pela prefeitura municipal de Pilar do Sul ou pelo preposto por ela designado, refazendo ou corrigindo, quando for o caso e às suas expensas, as partes das obras e serviços que não obedeçam aos respectivos projetos, especificações, normas e ordem de serviço;
- c) Suspender quaisquer serviços em execução, que, comprovadamente, não esteja sendo executado de acordo com a boa técnica ou que coloque em risco a segurança pública ou bens de terceiros, independentemente de solicitação por parte da fiscalização da prefeitura municipal de Pilar do Sul;
- d) Cientificar, por escrito, a equipe de fiscalização da prefeitura municipal de Pilar do Sul, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidentes que se verificarem no local das obras, independentemente de comunicação verbal, que deve ser imediata. Todas as solicitações, reclamações, exigências ou observações, bem como as anotações referentes ao andamento das atividades e ao encaminhamento de correspondência relacionada com a execução dos serviços objeto deste contrato, feitas pela equipe de fiscalização da prefeitura municipal de Pilar do Sul à

Assinado por 2 pessoas: JEFERSON ROBERTO FERREIRA DOS SANTOS e RAFAEL CORREA MARIANO  
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: <https://pilardosul.flowdocs.com.br/2096/public/assinaturas/A2E8FAF647444CD584557ABD4A8A155E>





contratada, ou vice-versa, nas hipóteses em que couber, somente produzirão efeitos vinculatórios desde que processadas por escrito, através de carta ou anotação no diário de obras;

e) Para exercer a mais completa fiscalização da execução dos serviços, a prefeitura municipal de Pilar do Sul terá amplos poderes, inclusive para:

f) Solicitar à contratada a imediata retirada de empregado da contratada que estiver sem uniforme ou sem o equipamento de segurança individual necessário, ou ainda, que embarçar ou dificultar a sua ação fiscalizadora ou cuja permanência, a seu exclusivo critério, julgar conveniente;

g) Exigir, da contratada, a estrita obediência às especificações, normas técnicas e condições contratuais;

h) Rejeitar ou sustar a execução de serviços defeituosos ou insatisfatórios e exigir remoção ou demolição na extensão que entender necessária, ficando por conta exclusiva da contratada as despesas decorrentes dessas providências;

i) Sustar a utilização de materiais, equipamentos, métodos de trabalho ou processos executivos que, a seu juízo, estejam em desacordo com as exigências e padrões técnicos e administrativos estipulados pelo presente contrato;

4.2 Compete à contratada em seus setores, verificar as dúvidas e as questões expostas pela contratante, dando-lhes soluções rápidas e adequadas. Qualquer erro ou imperícia na execução, constatada pela contratante, obrigará à contratada, por sua conta e risco, à correção, remoção e nova execução das partes impugnadas, mesmo que o erro resulte da insuficiência dos levantamentos e/ou projetos.

4.3 A inobservância ou desobediência às instruções e ordens da fiscalização importará na aplicação das multas contratuais, relacionadas com o andamento dos serviços, e no desconto das faturas, das despesas a que a contratada tenha dado causa, por ação ou omissão.

4.4 O gestor do contrato poderá determinar a paralisação dos serviços, por razão relevante de ordem técnica, de segurança ou motivo de inobservância e/ou desobediência às suas ordens e instruções, cabendo à contratada, todos os ônus e encargos decorrentes da paralisação. A determinação da paralisação vigorará enquanto persistirem as razões da decisão, cabendo à prefeitura municipal de Pilar do Sul formalizar a sua suspensão.

## 5. Pagamentos

5.1 Em se tratando de contratação por regime de empreitada por preço global, as medições somente serão realizadas após a conclusão de cada etapa, não sendo aceitas pela contratante as solicitações de medições de itens isolados ou não executados em sua totalidade.





5.2 A contratada obriga-se ao correto encaminhamento das medições, faturas e demais documentos decorrentes do presente contrato, sendo tais procedimentos realizados através do sistema de protocolo digital *Flowdocs* <<https://pilardosul.flowdocs.com.br:2096/public/home>>, de forma a evitar extravios que possam implicar morosidade ou até suspensão na liquidação de compromissos e obrigações por parte da prefeitura municipal de Pilar do Sul.

5.3 Para as medições de obra e solicitação de pagamento, a contratada deverá protocolar junto à Prefeitura de Pilar do Sul, impreterivelmente até o dia 15 (quinze) de cada mês, via sistema de protocolo digital, o requerimento, a planilha de medições com memória de cálculo, o relatório fotográfico atualizado - todos assinados pelo responsável técnico e representante da empresa contratada, documentos que comprovem a regularidade trabalhista dos funcionários, além de outros que se façam necessários exigidos pela contratante. As medições deverão ser realizadas em conformidade com o cronograma físico – financeiro e aferidas pelo departamento técnico da SOI Urb.

5.4 Caso a contratada não encaminhe a solicitação de medição e/ou não apresente os documentos exigidos pela contratante ou, ainda, apresente planilha com erro de cálculo de valores sem que haja a devida correção dentro do prazo estabelecido anteriormente, a contratada somente estará autorizada a encaminhar a nota fiscal no mês subsequente, respeitando, novamente, o prazo estabelecido pela contratante.

5.5 O pagamento somente será autorizado após a devida aprovação do relatório de medição e o aceite do gestor do contrato.

5.6 O serviço somente será recebido se atendidas todas as condições de fornecimento e execução.

5.7 A contratante poderá exigir a padronização dos documentos à serem encaminhados a fim de facilitar o entendimento entre as partes e dar agilidade ao processo, como relatórios de acompanhamento, quadro de medição, registro fotográfico, entre outros, cabendo a contratada seguir a padronização de tais documentos elaborados pela contratante.

### Observações:

**Parte dos recursos financeiros deste processo de contratação está vinculado ao convênio firmado junto à Secretaria de Governo e Relações Institucionais do Estado de São Paulo (Termo de Convênio nº 100611/2026), o qual deverá ser disponibilizado através de repasse de recurso estadual em complemento com recurso de contrapartida municipal, sendo assim, os pagamentos dos serviços executados dependerão da disponibilidade financeira do gestor do programa e do atendimento às exigências impostas por aquele órgão estadual.**

### 6. Prazos

6.1 O prazo inicialmente previsto para a execução dos serviços será 180 dias corridos,





contados a partir da data de expedição da ordem de serviço.

6.2 A contratada deverá seguir rigorosamente os prazos que determinam o cronograma de execução de obra/serviço sob pena de sofrer sanções previstas em contrato.

6.3 Havendo atraso no andamento das etapas, de acordo com o cronograma de execução, a contratante poderá solicitar à contratada a apresentação de reprogramação do cronograma para manter a conformidade ao prazo previsto.

6.4 As solicitações de aditivo de prazo deverão ser encaminhadas com antecedência de 20 dias antes do término do prazo inicial previsto a fim de haver tempo hábil para avaliação pela contratante.

6.5 Os documentos apresentados pela contratada com as justificativas para possível concessão de aditivo de prazo de execução passarão por análise da equipe técnica da contratante, a qual poderá, caso assim entender, indeferir tal pedido por ausência de requisitos e/ou justificativas não fundamentadas.

### 7. **Recebimento dos serviços realizados**

7.1 Concluídos os serviços que compõem o objeto, a contratada deverá solicitar, formalmente, o Termo de Recebimento Provisório e Definitivo dos serviços que se dará da seguinte forma:

a) provisoriamente, em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado, pelo gestor do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

b) definitivamente, após o prazo de observação e não superior a 90 dias, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

7.2 O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

7.3 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

7.4 Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos em regulamento ou no contrato.

7.5 Salvo disposição em contrário constante do edital ou de ato normativo, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.





7.6 Em se tratando de projeto de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o projetista ou o consultor da responsabilidade objetiva por todos os danos causados por falha de projeto.

7.7 Em se tratando de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias.

### 8. Descrição da necessidade:

A presente contratação tem por finalidade atender à necessidade de reforma da praça do Cemitério “São João Batista”, o qual se encontra em condições inadequadas de uso, comprometendo a segurança, a acessibilidade e o conforto dos usuários.

O diagnóstico técnico identificou irregularidades no pavimento existente do passeio público demais acessos, ausência de sanitários acessíveis, inadequação da área de convivência e desgaste generalizado das estruturas, fatores que inviabilizam o pleno atendimento às normas de acessibilidade e prejudicam a utilização do espaço pela coletividade, especialmente por pessoas com mobilidade reduzida como idosos e portadores de necessidades especiais.

A contratação de empresa especializada para execução das obras justifica-se pela necessidade de intervenção técnica qualificada, visando à substituição do piso de concreto no entorno do cemitério e acessos da praça, implantação de sanitários acessíveis, requalificação da área de convivência com implantação de sistemas de acessibilidade e realização de pintura geral, de modo a restabelecer condições adequadas de uso e promover melhorias urbanísticas.

O interesse público envolvido está diretamente relacionado à garantia de acessibilidade universal, à promoção da dignidade dos usuários, à segurança na circulação de pessoas e à valorização de um espaço de relevante importância social e simbólica para a comunidade local. Ademais, a intervenção contribuirá para o cumprimento da função social do espaço público, ampliando sua utilização de forma inclusiva, segura e adequada, constituindo medida indispensável para a melhoria da infraestrutura urbana e da qualidade de vida da população.

Há também a necessidade de atendimento ao Termo de Convênio nº 100611/2026, celebrado em 19/03/2026 entre este município e Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Governo e Relações Institucionais.

### 9. Descrição da solução como um todo

Assinado por 2 pessoas: JEFERSON ROBERTO FERREIRA DOS SANTOS e RAFAEL CORREA MARIANO  
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: <https://pilardosul.flowdocs.com.br/2096/public/assinaturas/A2E89AF647444CD584557ABD4A8A155E>





A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada em engenharia para a execução da reforma da praça do cemitério “São João Batista”, contemplando um conjunto integrado de intervenções destinadas à requalificação completa do espaço público, de modo a garantir acessibilidade, segurança, funcionalidade e melhoria estética.

A intervenção abrange, de forma sistêmica, a substituição integral do pavimento existente o passeio público no entorno do cemitério e dos acessos internos da praça, atualmente irregular e desgastado, por novo piso adequado às normas de acessibilidade, proporcionando circulação segura e inclusiva para todos os usuários. Inclui-se, ainda, a implantação de sanitários públicos acessíveis na área interna do cemitério, projetados em conformidade com as normas técnicas vigentes, assegurando condições de uso dignas e adequadas à população.

A solução contempla também a reestruturação da área de convivência, com reorganização do espaço físico, visando proporcionar melhor aproveitamento, conforto e permanência dos usuários, atendendo à função social da praça. Será realizada, ainda, a recuperação e pintura geral dos elementos existentes, contribuindo para a conservação do patrimônio público e valorização do ambiente urbano.

De forma complementar, a execução da obra deverá observar rigorosamente o projeto básico, memorial descritivo, planilha orçamentária e cronograma físico-financeiro, garantindo o adequado planejamento, controle e qualidade dos serviços. Serão adotadas práticas de engenharia que assegurem durabilidade, eficiência e sustentabilidade, incluindo o uso de materiais de qualidade e a correta destinação de resíduos gerados.

A solução envolve, portanto, todas as etapas necessárias à entrega do objeto em pleno funcionamento, desde a mobilização de equipe técnica, fornecimento de materiais, execução dos serviços, até a finalização e entrega da obra em condições adequadas de uso, incluindo testes, ajustes e garantia dos serviços executados.

Dessa forma, a solução apresentada atende de maneira integral à necessidade identificada no Estudo Técnico Preliminar, promovendo a requalificação do espaço público e assegurando benefícios diretos à coletividade, em consonância com o interesse público e com as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021.

As descrições detalhadas das soluções estão previstas no memorial descritivo.

### 10. Resultados pretendidos

A contratação para a reforma tem como resultados pretendidos a promoção de melhorias estruturais, funcionais e estéticas do espaço público, assegurando sua adequada utilização pela coletividade.

Dentre os principais resultados esperados, destacam-se:





**Garantia de acessibilidade universal:** proporcionar condições adequadas de circulação por meio da substituição do piso e eliminação de irregularidades, atendendo às normas técnicas vigentes e assegurando o acesso seguro a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;

**Melhoria das condições de uso e conforto:** implantação de sanitários acessíveis e requalificação da área de convivência, oferecendo infraestrutura compatível com a permanência dos usuários no local;

**Aumento da segurança dos frequentadores:** redução de riscos de acidentes decorrentes das condições atuais do espaço, especialmente em relação ao pavimento deteriorado;

**Valorização do espaço público:** recuperação estética por meio de pintura geral e organização do ambiente, promovendo melhor percepção urbana e conservação do patrimônio público;

**Cumprimento da função social do espaço:** adequação da praça para atender de forma digna e eficiente às necessidades da população, considerando sua relevância social e simbólica;

**Durabilidade e redução de custos futuros:** execução de serviços com qualidade técnica, visando minimizar a necessidade de manutenções corretivas frequentes;

**Eficiência na gestão pública:** aplicação adequada dos recursos públicos, com obtenção de solução integrada, funcional e sustentável.

Dessa forma, os resultados pretendidos estão diretamente alinhados ao interesse público, proporcionando benefícios concretos à população e garantindo a melhoria da infraestrutura urbana local.

### 11. Justificativa para o parcelamento ou não da solução:

A análise acerca do parcelamento do objeto foi realizada com base nos aspectos técnicos, operacionais e econômicos da contratação, considerando a natureza dos serviços a serem executados na reforma.

Verificou-se que, embora o objeto envolva diferentes tipos de serviços - tais como melhorias no passeio público, implantação de piso intertravado, construção de sanitários acessíveis, requalificação da área de convivência e pintura geral, tais intervenções são interdependentes e possuem estreita relação técnica e executiva, compondo uma solução integrada de engenharia.

O parcelamento da contratação, com a divisão em múltiplos contratos, poderia acarretar prejuízos à execução, tais como dificuldades de coordenação entre diferentes empresas, risco de incompatibilidades técnicas, sobreposição de responsabilidades, aumento de custos administrativos e possibilidade de comprometimento do cronograma físico da obra.

Além disso, a contratação unificada favorece o ganho de escala, a padronização dos serviços, a melhor gestão contratual e a definição clara de responsabilidades, contribuindo para maior eficiência na execução e fiscalização do contrato.





Sob o ponto de vista econômico, a contratação em lote único tende a ser mais vantajosa para a Administração, uma vez que reduz custos indiretos e amplia a competitividade entre empresas aptas a executar o objeto em sua totalidade.

Dessa forma, conclui-se que não é recomendável o parcelamento da contratação, sendo mais adequada a sua realização de forma global, garantindo maior eficiência, economicidade e qualidade na execução da obra, em conformidade com o interesse público e com os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

### 12. Declaração de viabilidade:

Com os estudos, análises, demonstrativos realizados, ficou, de maneira detalhada e comprovada a adequação da obra pretendida, no atendimento ao interesse social envolvido, bem como, restará atendido o interesse público e a legislação.

Das informações e dados que serviram de referência à elaboração deste estudo, foi possível constatar que há total viabilidade técnica e econômica.

Existem diversas empresas na região aptas a execução do objeto, devendo os serviços serem prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade caracterizados neste instrumento.

Há equipe técnica qualificada, nos diversos setores da Administração, para dar encaminhamento às atividades de contratação e execução, com os adequados procedimentos de gestão contratual e fiscalização técnica do objeto.

Com base na justificativa e nas especificações técnicas constantes no Estudo Técnico Preliminar e seus anexos, e na existência de planejamento orçamentário para subsidiar esta contratação, declaro que a contratação é viável, atendendo aos padrões e preços de mercado.

### 13. Levantamento de mercado:

O quantitativo está em conformidade com a planilha orçamentária apresentada, cujos valores têm como referência o Boletim Referencial de Custos com levantamento realizado pela CDHU – Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano, SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil e SIURB - Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras da prefeitura de São Paulo.

### 14. Estimativa do valor da contratação:

Estima-se para a contratação almejada o valor total de R\$ 418.293,52 (Quatrocentos e dezoito

Assinado por 2 pessoas: JEFERSON ROBERTO FERREIRA DOS SANTOS e RAFAEL CORREA MARIANO  
Documento assinado digitalmente/eletronicamente. Confira as assinaturas no link: <https://pilardosul.flowdocs.com.br/2096/public/assinaturas/A2E89AF647444CD584557ABD4A8A155E>





# PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR DO SUL

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOÃO URIAS DE MOURA

RUA TENENTE ALMEIDA, 265 - CENTRO - CEP 18.185-000 - TEL/FAX 15. 3278-9700 - CENTRO - PILAR DO SUL - SP

[www.pilardosul.sp.gov.br](http://www.pilardosul.sp.gov.br)



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR DO SUL

SOI Urb - Secretaria de Obras, Infraestrutura e Urbanismo

RUA JOÃO BATISTA RIBEIRO, nº 295 - Centro - (15) 3278-2526 /2317 - PILAR DO SUL-SP

mil e duzentos e noventa e três reais e cinquenta e dois centavos).

Pilar do Sul-SP, 14 de abril de 2026.

*Assinado digitalmente*

**Jeferson Roberto Ferreira dos Santos**

Técnico em Edificações

*Assinado digitalmente*

**Rafael Corrêa Mariano**

Secretário de Obras, Infraestrutura e Urbanismo

Assinado por 2 pessoas: JEFERSON ROBERTO FERREIRA DOS SANTOS e RAFAEL CORREA MARIANO  
Documento assinado digitalmente/electronicamente. Confira as assinaturas no link: <https://pilardosul.flowdocs.com.br/2096/public/assinaturas/A2E8FAF647444CD584557ABD4A8A155E>





## ANEXO II – MEMORIAL DESCRITIVO

Concorrência Eletrônica nº 05/2026



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR DO SUL

SOI Urb - Secretaria de Obras, Infraestrutura e Urbanismo

RUA JOÃO BATISTA RIBEIRO, nº 295 - Centro - (15) 3278-2526 /2317 - PILAR DO SUL-SP

### MEMORIAL DESCRITIVO

**Obra:** Reforma da praça do cemitério “São João Batista”

**Objetivo:** O presente memorial visa especificar os principais critérios adotados no desenvolvimento do plano de trabalho para a execução de obras, para o local relacionado abaixo:

**Local:** Praça do cemitério “São João Batista” - Rua João Batista Ribeiro, bairro Centro, Pilar do Sul-SP

#### META 1

##### 1. ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Contempla a administração, gestão e acompanhamento técnico da obra, compreendendo a disponibilização de equipe técnica qualificada, responsável pela coordenação, supervisão, controle e apoio à execução dos serviços, assegurando o cumprimento do projeto executivo aprovado, das normas técnicas vigentes, da legislação aplicável e dos padrões estabelecidos pela Contratante e/ou Gerenciadora.

A Contratada deverá manter, durante todo o período de execução da obra, os seguintes profissionais, devidamente habilitados e com atribuições compatíveis com seus respectivos cargos:

- Engenheiro Civil Pleno, legalmente habilitado, responsável técnico pela obra, com atribuições de planejamento, coordenação, fiscalização, acompanhamento físico-financeiro, compatibilização de projetos, controle de qualidade dos serviços executados, verificação de conformidade com os projetos, normas técnicas e cronograma, bem como interlocução técnica junto à Contratante e/ou Gerenciadora, incluindo a emissão das respectivas ARTs;
- Encarregado Geral de Obras, com experiência em execução de obras civis, responsável pela supervisão direta das frentes de serviço no canteiro, coordenação das equipes de produção, distribuição e acompanhamento das atividades diárias com preenchimento de relatórios, controle de produtividade, verificação das condições de segurança do trabalho, conferência da correta execução dos serviços conforme projetos e orientações técnicas, apoio no cumprimento do cronograma físico estabelecido, bem como comunicação contínua com a engenharia da obra para alinhamento das atividades e solução de eventuais interferências.

Estão incluídos neste item todos os custos diretos e indiretos relacionados à administração da obra,

Assinado por 1 pessoa: TALITA PEIXOTO DOS SANTOS  
Documento assinado digitalmente/electronicamente. Confira as assinaturas no link: <https://pilardosul.flowdocs.com.br/2096/public/assinaturas/4FFE7C6EAE0640BB98125D7B14BC1E8B>





tais como salários, encargos sociais, benefícios, deslocamentos, equipamentos, materiais de apoio, encargos legais, seguros, tributos e demais despesas necessárias ao pleno desempenho das atividades administrativas e técnicas.

A equipe de administração deverá atuar de forma contínua e integrada, garantindo a qualidade, segurança, cumprimento dos prazos, controle de custos e conformidade técnica da obra, até sua conclusão e aceite final pela Contratante e/ou Gerenciadora.

### **2. TAPUME FIXO PARA FECHAMENTO DE ÁREAS, EM TELHA METÁLICA, COM PORTÃO E PROTEÇÃO PARA TERCEIROS COM TELA DE NYLON**

Será instalado o tapume de obra para delimitação do entorno do canteiro de obras e para proteção provisória a fim de evitar o acesso de animais e pessoas não autorizadas no local dos serviços e dependências da construção conforme disposto na NR 18.

Para a instalação verifica-se a área dos tapumes a serem instalados; Corta-se o comprimento necessário das peças de madeira; Com o rompedor é realizada a demolição do pavimento asfáltico e com cavadeira faz-se a escavação no local onde será inserido o pontalete (peça de madeira); O pontalete é inserido no solo, sendo verificado o nível durante este procedimento; No solo, faz-se o chumbamento dos pontaletes com concreto, certificando-se quanto a este estar no prumo; Pregam-se três linhas de travessão (inferior, intermediária e superior) para travar o sistema; Em seguida, são fixadas as telhas de aço para o fechamento em altura não inferior a 1,60m; Sobre a estrutura, fixa-se sarrafo na horizontal de forma a dar acabamento e proteger as chapas; Em seguida é realizada a instalação do portão metálico com 5m de abertura, pivotante, em duas folhas, e o conjunto de ferragens ou correntes para seu fechamento e abertura.

Finalizada a obra, os tapumes de telha metálica são removidos pela contratada de maneira cuidadosa a fim de evitar danos e deverão ser acomodados em local indicado pela contratante.

As telhas metálicas utilizadas ficarão de posse da contratante para que esta proceda com a sua destinação e/ou reaproveitamento.

No entorno, adjacente a via, serão instaladas as telas de proteção de nylon, garantindo uma faixa de passagem aos pedestres

### **3. LOCAÇÃO DE CONTAINER TIPO DEPÓSITO - ÁREA MÍNIMA DE 13,80 M<sup>2</sup>**

O item remunera a alocação, traslado até o local da obra, montagem, instalação, desmontagem e a remoção completa de container módulo para depósito, com instalações internas completas, conforme NR18, com área mínima de 13,80 m<sup>2</sup>.





Será necessário no mínimo 01 (um) container por local de execução dos serviços.

#### 4. BANHEIRO QUÍMICO MODELO STANDARD, COM MANUTENÇÃO CONFORME EXIGÊNCIAS DA CETESB

O item remunera a locação de banheiro químico, modelo standard, incluindo o transporte e instalação da cabine. Remunera também a mão de obra necessária para retirada de efluentes 1 vez por semana. O descarte dos efluentes deverá ser em locais autorizados conforme exigências da CETESB.

Será necessário no mínimo 01 (um) banheiro por local de execução dos serviços.

#### META 2

##### 1. SERVIÇOS PRELIMINARES:

**1.1 PLACA DE OBRA:** O item remunera o fornecimento de materiais, acessórios para fixação e a mão-de-obra necessária para instalação de placa para identificação da obra, englobando os módulos referentes às placas do Governo do Estado de São Paulo, da empresa Gerenciadora, e do cronograma da obra, constituída por: chapa em aço galvanizado nº16 ou nº18, com tratamento anticorrosivo resistente às intempéries; Fundo em compensado de madeira, espessura de 12 mm; requadro e estrutura em madeira; Marcas, logomarcas, assinaturas e título da obra, conforme especificações do Manual de Padronização de Assinaturas do Governo do Estado de São Paulo e da empresa Gerenciadora; Pontaletes de Erisma uncinatum (conhecido como Quarubarana ou Cedrinho), ou Qualea spp (conhecida como Cambará), de 3 x 3.

A confecção da arte e envio para a gráfica será de responsabilidade da empresa contratada, cabendo a contratante apenas a aprovação da arte final.

**1.2 RETIRADAS E DEMOLIÇÕES:** O item remunera o fornecimento de materiais, acessórios e a mão-de-obra necessária para retirada e/ou demolições dos itens abaixo:

- Piso de concreto;
- Alvenaria/laje existente;
- Peças sanitárias;
- Esquadrias metálicas/madeira;
- Padrão/caixa de energia;
- Muretas.





**1.3 REMOÇÃO DO ENTULHO:** O item remunera o fornecimento dos serviços de carregamento manual de terra ou alvenaria ou concreto ou argamassa ou madeira ou papel ou plástico ou metal até a caçamba, remoção e transporte da caçamba até unidade de destinação final indicada pelo Município.

- Fornecimento de caçamba metálica de qualquer tamanho, na obra, remoção da mesma quando cheia, e a reposição por outra caçamba vazia, o transporte e o despejo na unidade de destinação final, independente da distância do local de despejo;

- Fornecimento da mão de obra e recipientes adequados, necessários para o transporte manual, vertical ou horizontal, do material de entulho, até o local onde está situada a caçamba;

- Proteção das áreas envolvidas, bem como o despejo e acomodação dos materiais na caçamba;

- A mão de obra, os materiais acessórios e os equipamentos necessários ao carregamento, transporte e descarga deverão ser condizentes com a natureza dos serviços prestados.

## 2. PISO INTERTRAVADO/CONCRETO, MURETAS E PODOTÁTIL

**2.1 EXECUÇÃO DAS MURETAS:** O item remunera o fornecimento de material e da mão de obra necessária para execução de alvenaria de 19cm, chapisco, emboço, reboco e pintura.

**2.2 PISO DE CONCRETO:** O item remunera o fornecimento de material e da mão de obra necessária para execução de piso de concreto (passeio) na espessura de 10cm e nivelamento com acabadora de superfície.

**2.3 PISO INTERTRAVADO:** O item remunera o fornecimento de material e da mão de obra necessária para execução de passeio em piso intertravado, com bloco retangular colorido de 20x10cm, espessura 6cm.

**2.4 PODOTÁTIL:** O item remunera o fornecimento de ladrilho hidráulico podotátil, para portadores de deficiência visual, de 25 x 25 cm, com espessura média de 2,5 cm, em várias cores; referência comercial Mosaicos Amazonas, Pisos Paulista, Mosaicos Bernardi ou equivalente; cimento, cal hidratada, areia, materiais acessórios e a mão de obra necessária para os serviços: preparo e aplicação da argamassa mista de assentamento; assentamento de ladrilho hidráulico, conforme paginação prevista em projeto, sobre superfície regularizada, conforme recomendações dos fabricantes e atendendo às exigências das Normas NBR 9457 e NBR 9050, e rejuntamento.

## 3. EXECUÇÃO DO BANHEIRO

**3.1 ALVENARIA E REVESTIMENTOS:** O item remunera o fornecimento de material e da mão de obra necessária para execução dos serviços abaixo:





- Execução de alvenaria, contrapiso, chapisco, emboço, reboco, revestimento cerâmico de piso/parede e pintura.

**3.2 ESQUADRIAS METÁLICA:** O item remunera o fornecimento do caixilho basculante completo, linha comercial, em perfis de alumínio anodizado natural, com vidro; cimento; areia; acessórios e a mão de obra necessária para a instalação completa do caixilho.

**3.3 ESQUADRIAS MADEIRA:** O item remunera o fornecimento da folha de porta lisa em madeira sarrafeada, batente e guarnições em madeira para acabamento em pintura ou cera; cimento, areia, acessórios e a mão de obra necessária para a montagem e fixação do batente, da folha e das guarnições nas duas faces, e pintura em verniz.

**3.4 TELHAMENTO:** O item remunera o fornecimento de materiais e a mão de obra necessária para execução Estrutura em terças para telhas perfil e material qualquer e telhamento em cimento reforçado com fio sintético CRFS - perfil ondulado de 6 mm.

#### 4. HIDROSSANTÁRIO

**4.1 RESERVATÓRIO/TUBULAÇÕES/REGISTROS:** O item remunera o fornecimento de reservatório com capacidade de 500 litros destinado ao armazenamento de água, constituído por: corpo cilíndrico em polietileno, acabamento interno liso para evitar o crescimento e proliferação de algas e fungos; tampa superior de rosca para inspeção; furações para: entrada, saída e ladrão e a mão de obra necessária para o transporte interno, assentamento e instalação completa do reservatório. Remunera as tubulações de água fria para atendimento das peças sanitárias, coleta de esgoto e registros/conexões.

**4.2 LAVATÓRIO E CUBA:** O item remunera o fornecimento de lavatório de louça sem coluna; materiais para fixação; materiais acessórios e a mão de obra necessária para sua instalação, e de cuba de louça de embutir para lavatório, referência L59, fabricação Deca ou equivalente.

**4.3 BANCADA:** O item remunera o fornecimento de materiais e a mão de obra necessária para instalação de tampo e/ou bancada em granito com espessura de 2 cm, inclusive testeira, frontão, furos (se necessários); assentamento e rejuntamento com argamassa de cimento e areia, e demais elementos de arremate e fixação; acabamento polido nas cores: Andorinha, Corumbá, SantaCecília ou Verde Ubatuba.

**4.4 ACESSÓRIOS:** O item remunera o fornecimento e instalação de dispenser papel higiênico em plástico ABS na cor branca com visor em policarbonato, para rolo de 300 e/ou 600 m; referência comercial Unik JSN, Trilha ou equivalente. Incluso também material de fixação. Instalação do porta-papel de parede (dispenser toalheiro) em plástico ABS branco, com fecho de segurança, para papel com duas, ou





três dobras e saboneteira tipo dispenser, constituída por reservatório em plástico ABS, para refil de 800 ml de sabão líquido tipo gel; referência comercial SG 4000 fabricação Columbus ou equivalente.

**4.5 BARRAS:** O item remunera o fornecimento e instalação de barras para peças sanitárias atendendo às exigências da norma NBR 9050.

### 5. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

**5.1 PADRÃO DE ENERGIA:** O item remunera o fornecimento e instalação completa de poste padrão trifásico - Cabo de 25mm e acessórios.

**5.2 ACESSÓRIOS:** O item remunera o fornecimento e instalação de eletrodutos, cabos, disjuntores, conjunto de tomadas e interruptores.

**5.3 LUMINÁRIAS:** O item remunera o fornecimento e instalação completa de luminária blindada oval, para instalação de sobrepor, ou como arandela, resistente ao tempo, gases, vapores não infláveis, ou atmosfera com umidade, constituída por: corpo e grade de proteção, em alumínio fundido, com acabamento em esmalte sintético; ligação por meio de entradas rosqueadas; refrator prismático em vidro alcalino (vidro boro-silicato), fixado por meio de grade, com junta vedadora; soquetes para lâmpada. Instalação da luminária retangular tipo arandela externa, para duas lâmpadas, (axlpx) 40x13x8cm, com difusor em polietileno e/ou vidro leitoso, contendo 2 soquetes tipo E27, diversas cores e Relé fotoelétrico 50/60 Hz, 110/220 V, 1200 VA, completo.

**6. PÓRTICO DE ACESSO AO CEMITÉRIO (CONFORME PROJETO):** O item remunera o fornecimento de materiais e a mão-de obra para execução de pilares e viga superior, revestidos com pedra Miracema. Instalação de portão, sob medida, constituído por uma ou duas folhas, tipo gradil, confeccionadas em aço, com ou sem bandeira; batentes em perfil de chapa dobrada em ferro; cadeados em latão, com haste em aço temperado; fecho reforçado de sobrepor, de fio chato, tipo ferrolho, com porta-cadeado em ferro galvanizado, compatíveis com as dimensões da porta e / ou portão; inclusive cimento, areia, materiais acessórios e a mão de obra necessária para a instalação e fixação da porta e arandelas.

### 7. SERVIÇOS FINAIS

**7.1 GUARDA-CORPO (CONFORME PROJETO):** O item remunera o fornecimento e instalação completa de guarda-corpo de aço galvanizado de 1,10m, montantes tubulares de 1.1/4" espaçados 1,20m, travessa superior de 1.1/2", gradil formado por tubos horizontais de 1" e verticais de 3/4", fixado com adesivo estrutural epóxi.

Assinado por 1 pessoa: TALITA PEIXOTO DOS SANTOS  
Documento assinado digitalmente/electronicamente. Confira as assinaturas no link: <https://pilardosul.flowdocs.com.br/2096/public/assinaturas/4FFE7C6EAE0640BB98125D7B14BC1E8B>





## PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR DO SUL

SOI Urb - Secretaria de Obras, Infraestrutura e Urbanismo

RUA JOÃO BATISTA RIBEIRO, nº 295 - Centro - (15) 3278-2526 /2317 - PILAR DO SUL-SP

**7.2 BANCO/MESAS/LIXEIXA:** O item remunera o fornecimento de materiais e mão de obra necessários para a execução dos serviços: alvenaria de apoio em tijolos comuns de barro cozido; revestimento da alvenaria em cimentado queimado; tampo de concreto armado com canto arredondado; remunera também o serviço de limpeza final. Instalação de Conjunto mesa e bancos em concreto e de lixeira metálica dupla, capacidade de 60 l, em tubo de aço carbono e cestos em chapa de aço com pintura eletrostática, sobre piso de concreto existente.

### **7.3 PAISAGISMO:**

#### **7.3.1 GRAMA**

O item remunera o fornecimento de grama Batatais (*Paspalum notatum*) em placas, terra vegetal e a mão-de-obra necessária para a execução dos serviços de: preparo do solo; plantio das placas justapostas, promovendo a completa forração da superfície; irrigação; e cobertura com terra vegetal, em jardins e canteiros. Remunera também a rega e conservação para pega das mudas e a substituição de placas que não pegarem, num prazo de 30 dias.

#### **7.3.2 PLANTAS ORNAMENTAIS**

As plantas ornamentais representadas em projeto serão executadas com recursos próprios desta Administração Pública, contemplando grama como forração lírio amarelo, curcúligo e moréia.

**7.4 LIMPEZA FINAL:** O item remunera o fornecimento do material e a mão-de-obra necessários para a limpeza geral e pisos, paredes, vidros, áreas externas, bancadas, louças, metais, etc., inclusive varreção, removendo-se materiais excedentes e resíduos de sujeiras, deixando a obra pronta para a utilização e limpeza de contrapiso com vassoura a seco.

Pilar do Sul-SP, 14 de abril de 2026.

<<assinado digitalmente>>

**Talita Peixoto dos Santos**  
Arquiteta e Urbanista  
CAU/SP: A110016-5

Assinado por 1 pessoa: TALITA PEIXOTO DOS SANTOS  
Documento assinado digitalmente/electronicamente. Confira as assinaturas no link: <https://pilardosul.flowdocs.com.br/2096/public/assinaturas/4FF7C6EAE0640BB98125D7B14BC1E8B>





### ANEXO III – PLANILHA ORÇAMENTARIA

Concorrência Eletrônica nº 05/2026

Assinado por 2 pessoas: RAFAEL CORREA MARIANO e TALITA PEIXOTO DOS SANTOS  
Documento assinado digitalmente/electronicamente. Confira as assinaturas no link: https://pilardosul.flowdocs.com.br/2096/public/assinaturas/53C8BCDA41E



## PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR DO SUL

SOI Urb - Secretaria de Obras, Infraestrutura e Urbanismo

RUA JOÃO BATISTA RIBEIRO, nº 295 - Centro - (15) 3278-2526 / 2317 - PILAR DO SUL-SP

OBRA: REFORMA DA PRAÇA DO CEMITÉRIO "SÃO JOÃO BATISTA"  
LOCAL: RUA JOÃO BATISTA RIBEIRO, CENTRO - PILAR DO SUL/SP  
PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR DO SUL-SP

BASE ORÇAMENTARIA	
FONTES:	
SINAPI: DEZEMBRO/2025 (DESONERADO)	
SIURB: JULHO/2025 (DESONERADO)	
CDHU: 200 (DESONERADO)	
LEIS SOCIAIS: 105.39%	

PLANILHA ORÇAMENTARIA									
Item	Fonte	Código	Material e Mão de Obra	Unidade	Quantidade	Preço Unitário	Preço Unitário com BDI = 25,58%	Preço Total (SEM BDI)	Preço Total (COM BDI)
<b>META 1</b>									
1			<b>ETAPA 1 - ADMINISTRAÇÃO LOCAL</b>						
1.1	Comp.1	1	Administração Local	COMP.	1	RS 27.107,28		RS 27.107,28	RS 27.107,28
2	SINAPI	98459	<b>ETAPA 2 - SERVIÇOS PRELIMINARES</b>						
2.1	SIURB	01-005-007	Tapume com telha metálica	M2	235,84	RS 92,38	RS 116,01	RS 38.098,44	RS 47.844,02
2.2	CDHU	03:07:010	Portão de pedestres - para tapume inclusive	M2	7,2	RS 265,86	RS 333,87	RS 1.914,19	RS 2.403,84
2.3	CDHU	10-018-000	Demolição mecânica de pavimento asfáltico, inclusive carregamento, transporte até 1 quilômetro e descarregamento	M2	3,08	RS 28,04	RS 35,21	RS 86,36	RS 108,45
2.4	CDHU	10:01:040	Proteção para terceiros com tela de nylon	m²	129,24	RS 3,85	RS 4,83	RS 497,57	RS 624,85
2.5	CDHU	10:01:040	Armadura em barra de aço CA-50 (A ou B), fyk = 500 MPa	kg	42,54	RS 9,84	RS 12,36	RS 418,59	RS 525,67
2.6	CDHU	02:01:180	Banheiro químico modelo Standard, com manutenção conforme exigências da CETESB	un/mês	6	RS 1.249,34	RS 1.568,92	RS 7.496,04	RS 9.413,53
2.7	CDHU	02:02:120	Locação de container tipo alojamento - área mínima de 13,80 m²	un/mês	6	983,13	RS 1.234,61	RS 5.898,78	RS 7.407,69
3	SINAPI	97637	<b>ETAPA 3 - SERVIÇOS FINAIS</b>						
3.1	CDHU		Remoção de tapume/chapas metálicas e de madeira, de forma manual	m²	235,84	RS 3,78	RS 4,75	RS 891,48	RS 1.119,51
<b>TOTAL</b>								<b>RS 66.097,20</b>	<b>RS 76.070,82</b>

META 2									
Item	Fonte	Código	Material e Mão de Obra	Unidade	Quantidade	Preço Unitário	Preço Unitário com BDI = 25,58%	Preço Total (SEM BDI)	Preço Total (COM BDI)
<b>ETA 1 - SERVIÇOS PRELIMINARES</b>									
1.1	CDHU	02:08:020	Placa de identificação para obra	m²	2,88	RS 914,47	RS 1.148,39	RS 2.633,67	RS 3.307,37
1.2	CDHU	02:05:060	Montagem e desmontagem de andaime torre metálica com altura até 10 m	m	4,00	RS 12,44	RS 15,62	RS 49,76	RS 62,49
1.3	CDHU	02:05:202	Andaime torre metálico (1,5 x 1,5 m) com piso metálico	m x mês	24,00	RS 28,30	RS 35,54	RS 679,20	RS 852,94
1.4	CDHU	03:01:020	Demolição manual de concreto simples	m³	1,38	RS 224,84	RS 282,35	RS 310,28	RS 389,65
1.5	CDHU	03:01:040	Demolição manual de concreto armado	m³	1,55	RS 408,80	RS 513,37	RS 633,64	RS 795,73
1.6	CDHU	03:01:240	Demolição mecânica de pavimento ou piso em concreto, inclusive fragmentação e o, carregamento, transporte até 1 quilômetro e descarregamento	m²	170,75	RS 31,51	RS 39,57	RS 5.380,33	RS 6.756,62
1.7	SINAPI	104790	Demolição de piso de concreto simples, de forma mecanizada com martelo, sem reaproveitamento	m³	63,26	RS 125,16	RS 157,18	RS 7.917,62	RS 9.942,95
1.8	CDHU	03:02:040	Demolição manual de alvenaria de elevação ou elemento vazado, incluindo revestimento	m³	6,55	RS 81,76	RS 102,67	RS 535,53	RS 672,52



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR DO SUL

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOÃO URIAS DE MOURA

RUA TENENTE ALMEIDA, 265 - CENTRO - CEP 18.185-000 - TEL/FAX 15. 3278-9700 - CENTRO - PILAR DO SUL - SP

www.pilardosul.sp.gov.br

Assinado por 2 pessoas: RAFAEL CORREA MARIANO e TALITA PEIXOTO DOS SANTOS. Confira as assinaturas no link: https://pilardosul.flowdocs.com.br/2096/publicassinaturas/53C8BCDA41E



1.9	CDHU	04.09.020	Retirada de esquadria metálica em geral	m <sup>2</sup>	11,70	RS 31,72	RS 39,83	RS 371,12	RS 466,06
1.10	CDHU	04.09.040	Retirada de folha de esquadria metálica	un	2,00	RS 26,45	RS 33,22	RS 52,90	RS 66,43
1.11	CDHU	04.08.020	Retirada de folha de esquadria em madeira	un	2,00	RS 22,66	RS 28,46	RS 45,32	RS 56,91
1.12	CDHU	04.21.130	Remoção de poste de concreto	un	1,00	RS 266,24	RS 334,34	RS 266,24	RS 334,34
1.13	CDHU	04.18.070	Remoção de caixa de entrada de energia padrão residencial completa	un	1,00	RS 200,96	RS 252,37	RS 200,96	RS 252,37
1.14	CDHU	04.11.020	Retirada de aparelho sanitário incluindo acessórios	un	6,00	RS 44,70	RS 56,13	RS 268,20	RS 336,81
1.15	CDHU	05.07.040	Remoção de obra com caçamba metálica - material volumoso e misturado por alvenaria, terra, madeira, papel, plástico e metal	m <sup>3</sup>	12,12	RS 110,78	RS 139,12	RS 1.342,65	RS 1.686,10
2			<b>ETAPA 2 - PISO INTERTRAVADO/CONCRETO, MURETAS E PODOTÁTILO</b>					<b>RS 121.734,37</b>	<b>RS 152.874,03</b>
2.1	CDHU	06.02.020	Escavação manual em solo de 1ª e 2ª categoria em vala ou cava até 1,5m	m <sup>3</sup>	2,32	RS 61,32	RS 77,01	RS 142,26	RS 178,65
2.2	SINAPI	97083	Regularização/compactação mecânica de solo, com compactador de solos a percussão	m <sup>2</sup>	935,28	RS 4,19	RS 5,26	RS 3.918,82	RS 4.921,26
2.3	CDHU	12.01.021	Broca em concreto armado diâmetro de 20 cm - completa	m	27,00	RS 66,57	RS 83,60	RS 1.797,39	RS 2.257,16
2.4	CDHU	10.01.040	Armadura em barra de aço CA-50 (A ou B) fyk = 500 MPa	kg	212,52	RS 9,84	RS 12,36	RS 2.091,20	RS 2.626,12
2.5	CDHU	14.04.220	Alvenaria de bloco cerâmico de vedação de 19 cm	m <sup>2</sup>	21,56	RS 97,50	RS 122,44	RS 2.102,10	RS 2.639,82
2.6	CDHU	17.02.020	Chapisco	m <sup>2</sup>	43,12	RS 7,21	RS 9,05	RS 310,90	RS 390,42
2.7	CDHU	17.02.120	Emboço comum	m <sup>2</sup>	43,12	RS 23,23	RS 29,17	RS 1.001,68	RS 1.257,91
2.8	CDHU	32.17.010	Impermeabilização em argamassa impermeável com aditivo hidrófugo	m <sup>3</sup>	0,43	RS 838,14	RS 1.052,54	RS 360,40	RS 452,59
2.9	CDHU	33.01.280	Reparo de trinças rasas até 5 mm de largura, na massa	m	23,25	RS 54,67	RS 68,65	RS 1.271,08	RS 1.596,22
2.10	CDHU	17.01.020	Argamassa de regularização e/ou proteção	m <sup>3</sup>	0,93	RS 807,89	RS 1.014,55	RS 751,34	RS 943,53
2.11	CDHU	33.10.050	Tinta acrílica em massa, inclusive preparo	m <sup>2</sup>	93,00	RS 33,56	RS 42,14	RS 3.121,08	RS 3.919,45
2.12	CDHU	11.18.040	Lastro de pedra britada	m <sup>3</sup>	10,29	RS 215,62	RS 270,78	RS 2.218,73	RS 2.786,28
2.13	CDHU	11.01.130	Concreto usinado, fck = 25 MPa	m <sup>3</sup>	26,05	RS 519,37	RS 652,22	RS 13.529,59	RS 16.990,46
2.14	CDHU	11.16.040	Lançamento e adensamento de concreto ou massa em fundação	m <sup>3</sup>	0,90	RS 172,38	RS 216,47	RS 155,14	RS 194,83
2.15	CDHU	11.16.060	Lançamento e adensamento de concreto ou massa em estrutura	m <sup>3</sup>	25,15	RS 119,07	RS 149,53	RS 2.994,61	RS 3.760,63
2.16	CDHU	11.16.220	Nivelamento de piso em concreto com acabadora de superfície	m <sup>2</sup>	342,73	RS 16,17	RS 20,31	RS 5.541,94	RS 6.959,57
2.17	SINAPI	93679	Execução de passeio em piso intertravado, com bloco retangular colorido de 20x10cm, espessura 6cm	m <sup>2</sup>	592,55	RS 123,60	RS 155,22	RS 73.239,18	RS 91.973,76
2.18	CDHU	30.04.030	Piso em ladrilho hidráulico podotátil, várias cores (25x25cm), assentado com argamassa massa	m <sup>2</sup>	46,72	RS 137,05	RS 172,11	RS 6.402,98	RS 8.040,86
2.19	CDHU	30.04.070	Rejuntamento de piso em ladrilho hidráulico (25x25cm) com argamassa industrializada para rejunte, juntas de 2 mm	m <sup>2</sup>	46,72	RS 16,78	RS 21,07	RS 783,96	RS 984,50
3			<b>ETAPA 3 - EXECUÇÃO DO BANHEIRO</b>					<b>RS 42.948,08</b>	<b>RS 53.934,19</b>
3.1	CDHU	06.01.020	Escavação manual em solo de 1ª e 2ª categoria em campo aberto	m <sup>3</sup>	0,95	RS 51,10	RS 64,17	RS 48,55	RS 60,96
3.2	SINAPI	101616	Preparo de fundo de vala com largura menor que 1,5m (acerto do solo natural)	m <sup>2</sup>	3,17	RS 7,98	RS 10,02	RS 25,30	RS 31,77
3.3	CDHU	11.18.040	Lastro de pedra britada	m <sup>3</sup>	0,09	RS 215,62	RS 270,78	RS 19,41	RS 24,37



3.4	CDHU	09.01.020	Forma em madeira comum para fundação	m <sup>2</sup>	6,23	R\$ 103,51	R\$ 129,99	R\$ 644,87	R\$ 809,82
3.5	CDHU	09.01.030	Forma em madeira comum para estrutura	m <sup>2</sup>	16,03	R\$ 245,30	R\$ 308,05	R\$ 3.932,16	R\$ 4.938,01
3.6	CDHU	11.01.130	Concreto usinado, fck = 25 MPa	m <sup>3</sup>	3,52	R\$ 519,37	R\$ 652,22	R\$ 1.828,18	R\$ 2.295,83
3.7	CDHU	11.16.040	Lançamento e adensamento de concreto ou massa em fundação	m <sup>3</sup>	0,95	R\$ 172,38	R\$ 216,47	R\$ 163,76	R\$ 205,65
3.8	CDHU	11.16.060	Lançamento e adensamento de concreto ou massa em estrutura	m <sup>3</sup>	3,52	R\$ 119,07	R\$ 149,53	R\$ 419,13	R\$ 526,34
3.9	CDHU	3.2.16.010	Impermeabiliza ç ã o em pintura de asfalto oxidado com solventes orgânicos, sobre massa	m <sup>2</sup>	15,63	R\$ 18,61	R\$ 23,37	R\$ 290,87	R\$ 365,28
3.10	CDHU	12.01.041	Broca em concreto armado diâmetro de 25 cm - completa	m	33,00	R\$ 80,13	R\$ 100,63	R\$ 2.644,29	R\$ 3.320,70
3.11	CDHU	10.01.040	Armadura em barra de aço CA-50 (A ou B) fyk = 500 MPa	kg	293,94	R\$ 9,84	R\$ 12,36	R\$ 2.892,37	R\$ 3.632,24
3.12	CDHU	10.01.060	Armadura em barra de aço CA-60 (A ou B) fyk = 600 Mpa	kg	86,28	R\$ 10,17	R\$ 12,77	R\$ 877,47	R\$ 1.101,92
3.13	CDHU	14.04.210	Alvenaria de bloco cerâmico de vedação de 14 cm	m <sup>2</sup>	72,98	R\$ 83,32	R\$ 104,63	R\$ 6.080,69	R\$ 7.636,14
3.14	CDHU	17.02.020	Chapisco	m <sup>2</sup>	157,11	R\$ 7,21	R\$ 9,05	R\$ 1.132,76	R\$ 1.422,52
3.15	CDHU	17.02.120	Emboço comum	m <sup>2</sup>	157,11	R\$ 23,23	R\$ 29,17	R\$ 3.649,67	R\$ 4.583,25
3.16	CDHU	3.2.17.010	Impermeabilização em argamassa impermeável com aditivo hidrófugo	m <sup>3</sup>	1,57	R\$ 838,14	R\$ 1.052,54	R\$ 1.315,88	R\$ 1.652,48
3.17	CDHU	25.01.030	Caxilho em alumínio basculante com vidro, linha comercial	m <sup>2</sup>	2,56	R\$ 436,70	R\$ 548,41	R\$ 1.117,95	R\$ 1.403,92
3.18	CDHU	23.09.050	Porta lisa com batente madeira - 90 x 210 cm	un	1,00	R\$ 825,24	R\$ 825,24	R\$ 657,14	R\$ 825,24
3.19	CDHU	23.09.040	Porta lisa com batente madeira - 80 x 210 cm	un	2,00	R\$ 632,72	R\$ 794,57	R\$ 1.265,44	R\$ 1.589,14
3.20	CDHU	28.01.020	Ferragem completa com na ç aneta tipo alavanca, para porta externa com 1 folha	cj	3,00	R\$ 529,65	R\$ 665,13	R\$ 1.588,95	R\$ 1.995,40
3.21	CDHU	33.05.330	Verniz em superfície de madeira	m <sup>2</sup>	10,50	R\$ 28,98	R\$ 36,39	R\$ 304,29	R\$ 382,13
3.22	CDHU	25.02.070	Portinhola tipo veneziana de abrir em alumínio, linha comercial	m <sup>2</sup>	0,64	R\$ 668,10	R\$ 839,00	R\$ 427,58	R\$ 536,96
3.23	CDHU	13.01.130	Loje pré-fabricada mista, vigota treliçada/lajota cerâmica - LT 12 (8+4) e capa com concreto de 25 Mpa	m <sup>2</sup>	14,08	R\$ 150,04	R\$ 188,42	R\$ 2.112,56	R\$ 2.652,96
3.24	CDHU	10.02.020	Armadura em tela soldada de aço	kg	27,00	R\$ 9,71	R\$ 12,19	R\$ 262,17	R\$ 329,23
3.25	CDHU	11.18.040	Lastro de pedra britada	m <sup>3</sup>	0,33	R\$ 215,62	R\$ 270,78	R\$ 71,15	R\$ 89,36
3.26	CDHU	11.01.130	Concreto usinado, fck = 25 MPa	m <sup>3</sup>	0,78	R\$ 519,37	R\$ 652,22	R\$ 405,11	R\$ 508,74
3.27	CDHU	11.16.060	Lançamento e adensamento de concreto ou massa em estrutura	m <sup>3</sup>	0,78	R\$ 119,07	R\$ 149,53	R\$ 92,87	R\$ 116,63



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR DO SUL

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOÃO URIAS DE MOURA

RUA TENENTE ALMEIDA, 265 - CENTRO - CEP 18.185-000 - TEL/FAX 15. 3278-9700 - CENTRO - PILAR DO SUL - SP

www.pilardosul.sp.gov.br

Assinado por 2 pessoas: RAFAEL CORREA MARIANO e TALITA PEIXOTO DOS SANTOS. Confira as assinaturas no link: https://pilardosul.floowdcs.com.br/2096/publicas/sinaturas/53C8BCDA1E



3.28	SINAPI	87269	Revestimento cer à nico para paredes internas com placas tipo esmaltada de dimens ões 25x35 cm aplicadas na altura inteira das paredes	m²	59,19	RS 61,06	RS 76,68	RS 3.614,14	RS 4.538,64
3.29	SINAPI	87256	Revestimento cer à nico para piso com placas tipo esmaltada de dimens ões 60x60 cm aplicada em ambientes de área entre 5 m² e 10 m²	m²	11,15	RS 67,06	RS 84,21	RS 747,72	RS 938,99
3.30	CDHU	33.10.050	Tãta acrílica em massa, inclusive preparo	m²	84,13	RS 33,56	RS 42,14	RS 2.823,40	RS 3.545,63
3.31	CDHU	15.01.320	Estrutura em terças para telhas perfil e material qualquer, exceto barro	m²	11,43	RS 29,56	RS 37,12	RS 337,87	RS 424,30
3.32	CDHU	16.03.010	Telhamento em cimento refor çado com fio sint ético CREFS - perfil ondulado de 6 mm	m²	11,43	RS 57,65	RS 72,40	RS 658,94	RS 827,50
3.33	CDHU	16.33.052	Calha, rufo, afins em chapa galvanizada n° 24 - corte 0,50 m	m	3,22	RS 153,86	RS 193,22	RS 495,43	RS 622,16
<b>4</b>			<b>ETAPA 4 - HIDROSSANITÁRIO E ACESSÓRIOS</b>					<b>RS 15.603,96</b>	<b>RS 19.595,45</b>
4.1	CDHU	48.02.401	Reservatório em polietileno com tampa de rosca - capacidade de 500 litros	un	1,00	RS 618,31	RS 776,47	RS 618,31	RS 776,47
4.2	CDHU	49.03.020	Caixa de gordura em alvenaria, 600 x 600 x 600 mm	un	2,00	RS 351,07	RS 440,87	RS 702,14	RS 881,75
4.3	CDHU	46.02.070	Tubo de PVC rígido branco PxB com virola e anel de borracha, linha esgoto série normal, DN= 100 mm, inclusive conexões	m	12,00	RS 79,77	RS 100,18	RS 957,24	RS 1.202,10
4.4	CDHU	46.02.050	Tubo de PVC rígido branco PxB com virola e anel de borracha, linha esgoto série normal, DN= 50 mm, inclusive conexões	m	18,00	RS 46,53	RS 58,43	RS 837,54	RS 1.051,78
4.5	CDHU	49.01.030	Caixa sifonada de PVC rígido de 150 x 150 x 50 mm, com grelha	un	4,00	RS 117,81	RS 147,95	RS 471,24	RS 591,78
4.6	CDHU	46.01.050	Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 50 mm, (1 1/2"), inclusive conexões	m	24,00	RS 51,02	RS 64,07	RS 1.224,48	RS 1.537,70
4.7	CDHU	46.01.020	Tubo de PVC rígido soldável marrom, DN= 25 mm, (3/4"), inclusive conexões	m	36,00	RS 31,11	RS 39,07	RS 1.119,96	RS 1.406,45
4.8	CDHU	47.02.030	Registro de gaveta em latão fundido cromado com canopla, DN= 1" - linha especial	un	1,00	RS 109,98	RS 138,11	RS 109,98	RS 138,11
4.9	CDHU	44.01.100	Lavatório de Louça sem coluna	un	1,00	RS 170,60	RS 214,24	RS 170,60	RS 214,24
4.10	CDHU	44.01.270	Cuba de louça de embutir oval	un	3,00	RS 141,92	RS 178,22	RS 425,76	RS 534,67
4.11	CDHU	44.02.062	Tampo/bancada em granito, com front à o, espessura de 2 cm, acabamento polido	m²	1,05	RS 1.031,13	RS 1.294,89	RS 1.082,69	RS 1.359,64
4.12	CDHU	44.01.820	Bacia sifonada com caixa de descarga acoplada com tampa - 6 litros	un	3,00	RS 1.174,40	RS 1.474,81	RS 3.523,20	RS 4.424,43
4.13	CDHU	44.03.590	Tomreta de mesa para pia com bica móvel e arejador em latão fundido cromado	un	4,00	RS 204,00	RS 256,18	RS 816,00	RS 1.024,73
4.14	CDHU	44.03.050	Dispenser papel higiênico em ABS para rolo 300 / 600 m, com visor	un	3,00	RS 75,39	RS 94,67	RS 226,17	RS 284,02
4.15	CDHU	44.03.180	Dispenser toalheiro em ABS, para folhas	un	2,00	RS 66,39	RS 83,37	RS 132,78	RS 166,75
4.16	CDHU	44.03.130	Saboneteira tipo dispenser, para refil de 800 ml	un	2,00	RS 68,16	RS 85,60	RS 136,32	RS 171,19
4.17	CDHU	26.04.010	Espelho em vidro cristal liso, espessura de 4 mm	m²	2,40	RS 531,64	RS 667,63	RS 1.275,94	RS 1.602,32
4.18	CDHU	30.01.010	Barra de apoio reta, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de aço inoxidável de 1 1/2"	m	0,70	RS 222,44	RS 279,34	RS 155,71	RS 195,54
4.19	CDHU	30.01.030	Barra de apoio reta, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de aço inoxidável de 1 1/2" x 800 mm	un	2,00	RS 187,63	RS 235,63	RS 375,26	RS 471,25
4.20	CDHU	30.01.061	Barra de apoio lateral para lavatório, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de aço inoxidável de 1 1/4", comprimento 25 a 30 cm	un	2,00	RS 181,40	RS 227,80	RS 362,80	RS 455,60
4.21	CDHU	30.04.060	Revestimento em chapa de aço inoxidável para proteção de portas, altura de 40 cm	m	0,90	RS 594,00	RS 745,95	RS 534,60	RS 671,35
4.22	CDHU	30.06.080	Placa de identificação em alumínio para WC, com desenho universal de acessibilidade	un	1,00	RS 36,49	RS 45,82	RS 36,49	RS 45,82
4.23	SINAPI	100874	Puxador para PCD, fixado na porta - fornecimento e instalação	un	1,00	RS 308,76	RS 387,74	RS 308,76	RS 387,74
<b>5</b>			<b>ETAPA 5 - INSTALAÇÕES ELÉTRICAS</b>					<b>RS 8.003,22</b>	<b>RS 10.050,44</b>
5.1	MERCADO	1	Poste padrão trifásico - Cabo de 25mm e acessórios - Fornecimento e Instalação completa	un	1,00	RS 2.152,68	RS 2.703,33	RS 2.152,68	RS 2.703,33



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR DO SUL

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOÃO URIAS DE MOURA

RUA TENENTE ALMEIDA, 265 - CENTRO - CEP 18.185-000 - TEL/FAX 15. 3278-9700 - CENTRO - PILAR DO SUL - SP

www.pilardosul.sp.gov.br

Assinado por 2 pessoas: RAFAEL CORREA MARIANO e TALITA PEIXOTO DOS SANTOS  
Documento assinado digitalmente/electronicamente. Confira as assinaturas no link: https://pilardosul.flowdocs.com.br/2096/publicassinaturas/53C8BCDA41E



5.2	CDHU	38.13.020	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 50 mm, com acessórios	m	20,00	RS 10,39	RS 13,05	RS 207,80	RS 2.609,96
5.3	CDHU	38.19.030	Eletroduto de PVC corrugado flexível leve, diâmetro externo de 25 mm	m	75,00	RS 17,46	RS 21,93	RS 1.309,50	RS 1.644,47
5.4	CDHU	37.03.200	Quadro de distribuição universal de embutir, para disjuntores 16 DIN /12 Bolt-on - 150 A	un	1,00	RS 554,56	RS 696,42	RS 554,56	RS 696,42
5.5	CDHU	37.13.650	Disjuntor termomagnético, tripolar 220/380 V, corrente de 1A até 50 A	un	2,00	RS 168,16	RS 211,18	RS 336,32	RS 422,35
5.6	CDHU	37.13.610	Disjuntor termomagnético, unipolar 127/220 V, corrente de 35 A até 50 A	un	3,00	RS 56,44	RS 70,88	RS 169,32	RS 212,63
5.7	CDHU	39.21.010	Cabo de cobre flexível de 1,5 mm <sup>2</sup> , isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR90°C	m	150,00	RS 2,71	RS 3,40	RS 406,50	RS 510,48
5.8	CDHU	39.21.020	Cabo de cobre flexível de 2,5 mm <sup>2</sup> , isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR90°C	m	150,00	RS 3,45	RS 4,33	RS 517,50	RS 649,88
5.9	CDHU	39.21.050	Cabo de cobre flexível de 10 mm <sup>2</sup> , isolamento 0,6/1kV - isolação HEPR90°C	m	50,00	RS 12,51	RS 15,71	RS 625,50	RS 785,50
5.10	CDHU	40.07.010	Caixa em PVC de 4' x 2'	un	9,00	RS 16,05	RS 20,16	RS 144,45	RS 181,40
5.11	CDHU	40.07.040	Caixa em PVC octogonal de 4' x 4'	un	5,00	RS 20,88	RS 26,22	RS 104,40	RS 131,11
5.12	CDHU	40.05.020	Interruptor com 1 tecla simples e placa	cj	3,00	RS 31,40	RS 39,43	RS 94,20	RS 118,30
5.13	CDHU	40.04.480	Conjunto 1 interruptor simples e 1 tomada 2P+T de 10 A, completo	cj	1,00	RS 42,22	RS 53,02	RS 42,22	RS 53,02
5.14	CDHU	40.04.460	Tomada 2P+T de 20 A - 250 V, completa	cj	1,00	RS 28,99	RS 36,41	RS 28,99	RS 36,41
5.15	CDHU	41.20.080	Plafon plástico e/ou PVC para acabamento de ponto de luz, com soquete E-27	un	5,00	RS 11,53	RS 14,48	RS 57,65	RS 72,40
5.16	CDHU	41.02.580	Lâmpada LED 13,5W, com base E-27, 1400 até 1510 lm	un	12,00	RS 18,94	RS 23,78	RS 227,28	RS 285,42
5.17	CDHU	40.11.010	Relé fotoelétrico 50/60 Hz, 110/220 V, 1200 VA, completo	un	2,00	RS 102,67	RS 128,93	RS 205,34	RS 257,87
5.18	CDHU	41.13.200	Luminária blindada oval de sobrepôr ou arandela	un	3,00	RS 179,61	RS 225,55	RS 538,83	RS 676,66
5.19	CDHU	41.11.115	Luminária retangular tipo arandela externa para 2 lâmpadas, com difusor em polietileno ou vidro leitoso	un	2,00	RS 140,09	RS 175,93	RS 280,18	RS 351,85
<b>6</b>			<b>ETAPA 6 - PORTICO DE ACESSO AO CEMITÉRIO</b>					<b>RS 27.408,47</b>	<b>RS 34.419,56</b>
6.1	CDHU	06.01.020	Escavação manual em solo de 1ª e 2ª categoria em campo aberto	m³	0,93	RS 51,10	RS 64,17	RS 47,52	RS 59,68
6.2	SINAPI	101616	Preparo de fundo de vala com largura menor que 1,5m (acerto do solo natural)	m²	1,70	RS 7,98	RS 10,02	RS 13,57	RS 17,04
6.3	CDHU	11.18.040	Lastro de pedra britada	m³	0,17	RS 215,62	RS 270,78	RS 36,66	RS 46,03
6.4	CDHU	09.01.020	Forma em madeira comum para fundação	m²	4,62	RS 103,51	RS 129,99	RS 478,22	RS 600,54
6.5	CDHU	09.01.030	Forma em madeira comum para estrutura	m²	15,36	RS 245,32	RS 308,07	RS 3.768,12	RS 4.732,00
6.6	CDHU	11.01.130	Concreto usinado, fck = 25 MPa	m³	2,25	RS 519,37	RS 652,22	RS 1.168,58	RS 1.467,51
6.7	CDHU	11.16.040	Lançamento e adensamento de concreto ou massa em fundação	m³	0,93	RS 172,38	RS 216,47	RS 160,31	RS 201,32
6.8	CDHU	11.16.060	Lançamento e adensamento de concreto ou massa em estrutura	m³	1,32	RS 119,07	RS 149,53	RS 157,17	RS 197,38
6.9	CDHU	32.16.010	Impermeabilização em pintura de asfalto oxidado com solventes orgânicos, sobre massa	m²	4,62	RS 18,61	RS 23,37	RS 85,98	RS 107,97
6.10	CDHU	12.01.041	Broca em concreto armado diâmetro de 25 cm - completa	m	12,00	RS 80,13	RS 100,63	RS 961,56	RS 1.207,53



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR DO SUL

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOÃO URIAS DE MOURA

RUA TENENTE ALMEIDA, 265 - CENTRO - CEP 18.185-000 - TEL/FAX 15. 3278-9700 - CENTRO - PILAR DO SUL - SP

www.pilardosul.sp.gov.br

Assinado por 2 pessoas: RAFAEL CORREA MARIANO e TALITA PEIXOTO DOS SANTOS



6.11	CDHU	10.01.040	Armadura em barra de aço CA-50 (A ou B) fyk = 500.MPa	kg	172.81	R\$ 9,84	R\$ 12,36	R\$ 1.700,45	R\$ 2.135,43
6.12	CDHU	14.02.040	Alvenaria de elevação de 1 tijolo maciço comum	m <sup>2</sup>	16,80	R\$ 248,44	R\$ 311,99	R\$ 4.173,79	R\$ 5.241,45
6.13	CDHU	14.04.220	Alvenaria de bloco cerâmico de vedação de 19 cm	m <sup>2</sup>	1,92	R\$ 97,50	R\$ 122,44	R\$ 187,20	R\$ 235,09
6.14	CDHU	17.02.020	Chapisco	m <sup>2</sup>	3,84	R\$ 7,21	R\$ 9,05	R\$ 27,69	R\$ 34,77
6.15	CDHU	17.02.120	Emboço comum	m <sup>2</sup>	3,84	R\$ 23,23	R\$ 29,17	R\$ 89,20	R\$ 112,02
6.16	CDHU	32.17.010	Impermeabilização em argamassa impermeável com aditivo hidrófugo	m <sup>3</sup>	0,10	R\$ 838,14	R\$ 1.052,54	R\$ 83,81	R\$ 105,25
6.17	CDHU	33.10.050	Tinta acrílica em massa, inclusive preparo	m <sup>2</sup>	3,84	R\$ 33,56	R\$ 42,14	R\$ 128,87	R\$ 161,84
6.18	CDHU	19.03.090	Revestimento em pedra Miracema	m <sup>2</sup>	25,95	R\$ 106,49	R\$ 133,73	R\$ 2.763,42	R\$ 3.470,30
6.19	CDHU	24.02.040	Porta/portão tipo gradil sob medida	m <sup>2</sup>	12,00	R\$ 948,03	R\$ 1.190,54	R\$ 11.376,36	R\$ 14.286,43
7			<b>ETAPA 7 - SERVIÇOS FINAIS</b>					<b>R\$ 36.128,16</b>	<b>R\$ 45.369,75</b>
7.1	SINAPI	99842	Guarda-corpo de aço galvanizado de 1,10m, montantes tubulares de 1,1/4" espaçados 1,20m, travessa superior de 1,1/2", gradil formado por tubos horizontais de 1" e verticais de 3/4", fixado com adesivo estrutural epoxi	m	16,07	R\$ 538,27	R\$ 675,96	R\$ 8.650,00	R\$ 10.862,67
7.2	CDHU	33.11.050	Esmalte à base água em superfície metálica, inclusive preparo	m <sup>2</sup>	32,14	R\$ 48,97	R\$ 61,50	R\$ 1.573,90	R\$ 1.976,50
7.3	CDHU	55.01.130	Limpeza e lavagem de superfície revestida com material cerâmico ou pastilhas por hidrojetamento com rejuntamento	m <sup>2</sup>	5,00	R\$ 15,95	R\$ 20,03	R\$ 79,75	R\$ 100,15
7.4	CDHU	33.03.750	Verniz acrílico	m <sup>2</sup>	5,00	R\$ 39,80	R\$ 49,98	R\$ 199,00	R\$ 249,90
7.5	CDHU	35.04.020	Banco contínuo em concreto vazado	m	21,00	R\$ 221,12	R\$ 277,68	R\$ 4.643,52	R\$ 5.831,33
7.6	SIURB	18012002	Conjunto mesa e bancos em concreto	cj	8,00	R\$ 1.812,63	R\$ 2.276,30	R\$ 14.501,04	R\$ 18.210,41
7.7	SINAPI	103307	Instalação de lixeira metálica dupla, capacidade de 60 l, em tubo de aço carbono e cestos em chapa de aço com pintura eletrolítica, sobre piso de concreto existente	un	3,00	R\$ 1.356,50	R\$ 1.703,49	R\$ 4.069,50	R\$ 5.110,48
7.8	CDHU	34.02.040	Plantio de grama batatas em placas (jardins e canteiros)	m <sup>2</sup>	100,60	R\$ 14,91	R\$ 18,72	R\$ 1.499,95	R\$ 1.883,63
7.9	CDHU	55.01.020	Limpeza final da obra	m <sup>2</sup>	11,15	R\$ 14,31	R\$ 17,97	R\$ 159,56	R\$ 200,37
7.10	SINAPI	99811	Limpeza de contrapiso com vassoura a seco	m <sup>2</sup>	928,34	R\$ 0,81	R\$ 1,02	R\$ 751,96	R\$ 944,31
<b>TOTAL</b>								<b>R\$ 236.385,53</b>	<b>R\$ 342.222,70</b>

PILAR DO SUL-SP, 14 DE ABRIL DE 2026

>>Assinado digitalmente<<  
Talita Peixoto dos Santos  
Arquiteta e Urbanista  
CAUSP A110016-5

>>Assinado digitalmente<<  
Rafael Corrêa Mariano  
Secretário de Obras, Infraestrutura e Urbanismo



# PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR DO SUL

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO JOÃO URIAS DE MOURA

RUA TENENTE ALMEIDA, 265 - CENTRO - CEP 18.185-000 - TEL/FAX 15. 3278-9700 - CENTRO - PILAR DO SUL - SP

www.pilardosul.sp.gov.br

## COMPOSIÇÃO 1

### PLANILHA DE COMPOSIÇÃO - ADMINISTRAÇÃO LOCAL

OBRA: REFORMA DA PRAÇA DE SKATE "APARÍCIO CERQUEIRA"  
LOCAL: RUA KENKITI SIMOMOTO, BAIRRO SANTA CECÍLIA - PILAR DO SUL/SP  
PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR DO SUL-SP

BASE ORÇAMENTÁRIA	
FONTES:	
SINAPI: DEZEMBRO/2025 - C/ DESONERAÇÃO	

ITEM	CÓD.	FONTE	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	SALÁRIO/HORA	CUSTO TOTAL
1.1	90778	SINAPI	Engenheiro civil de obra pleno com encargos complementares	H	24	R\$ 123,27	R\$ 2.958,48
1.2	90776	SINAPI	Encarregado geral com encargos complementares	H	480	R\$ 50,31	R\$ 24.148,80
<b>TOTAL</b>							<b>R\$ 27.107,28</b>

Permanência do engenheiro na obra: 4 horas por mês x 6 meses (Equivalente a 1 hora por semana)  
Permanência do técnico em edificações na obra: 80 horas por mês X 6 meses (Equivalente a 4 horas por dia)

Pilar do Sul-SP, 14 de abril de 2026.

TIPO DE OBRA		
Construção de Praças Urbanas, Rodovias, Ferrovias e recapeamento e pavimentação de vias urbanas		
Itens	Siglas	% Adotado
Administração Central	AC	3,80%
Seguro e Garantia	SG	0,32%
Risco	R	0,50%
Despesas Financeiras	DF	1,02%
Lucro	L	6,64%
Tributos (impostos COFINS 3% e PIS 0,65%)	CP	3,65%
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	3,00%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - Lei 12.546 de 14/12/2011 - Desoneração)	CPRB	3,60%
BDI SEM desoneração (Fórmula Acórdão TCU)	BDI PAD	20,73%
<b>BDI COM desoneração</b>	<b>BDI DES</b>	<b>25,58%</b>

Situação	1º Quartil	Médio	3º Quartil
OK	3,80%	4,01%	4,67%
OK	0,32%	0,40%	0,74%
OK	0,50%	0,56%	0,97%
OK	1,02%	1,11%	1,21%
OK	6,64%	7,30%	8,69%
OK	3,65%	3,65%	3,65%
OK	0,00%	2,50%	5,00%
OK	3,60%	3,60%	3,60%
<b>OK</b>	<b>19,60%</b>	<b>20,97%</b>	<b>24,23%</b>

Documento assinado digitalmente  
gov.br  
TALITA PEIXOTO DOS SANTOS  
Data: 06/02/2026 15:55:32-0100  
Verifique em https://validar.it.gov.br

Assinado por 2 pessoas: RAFAEL CORREA MARIANO e TALITA PEIXOTO DOS SANTOS  
Documento assinado digitalmente/electronicamente. Confira as assinaturas no link: https://pilardosul.flowdocs.com.br/2096/public/es/natural/53C8BCDA4E











### ANEXO VI – MODELO DE PROCURAÇÃO

Concorrência Eletrônica n.º 05/2026

### PROCURAÇÃO "EXTRA JUDICIA"

OUTORGANTE: ....., (pessoa jurídica de direito privado), CNPJ n.º ....., com sede na Rua ....., n.º ....., bairro ....., na cidade de ....., Estado de ....., (neste ato representado) pelo(a) (sócio/diretor/procurador), Sr.(a) ....., (nacionalidade), ....., (estado civil), ....., (profissão), RG n.º ....., e CPF n.º ....., residente e domiciliado na Rua ....., n.º ....., na cidade de ....., Estado de ....., -----

OUTORGADO: Sr. (a) ....., (nacionalidade), ....., (estado civil), ....., (profissão), RG n.º ....., e CPF n.º ....., residente e domiciliado na Rua ....., n.º ....., bairro ....., na cidade de ....., Estado de .....,; -----

PODERES: ao(s) qual(ais) confere amplos poderes para representá-lo(a) no procedimento licitatório, especificamente na licitação modalidade Concorrência Eletrônica n.º 05/2026, da Prefeitura do Município de Pilar do Sul, podendo para tanto prestar esclarecimentos, formular ofertas e demais negociações, assinar atas e declarações, visar documentos, receber notificações, interpor recurso, manifestar-se quanto à desistência deste e praticar todos os demais atos inerentes ao referido certame.

..... de ..... de 2026.

.....  
Outorgante



## ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME OU EPP

Concorrência Eletrônica nº 05/2026

### DECLARAÇÃO

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato A empresa \_\_\_\_\_ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº \_\_\_\_\_ **DECLARA** para fins de fruição das prerrogativas previstas nos arts. 42 a 45, da Lei Complementar nº 123/06, de 14 de dezembro de 2006, que sua empresa se enquadra na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme o disposto no art. 3º, da Lei Complementar nº 123/06, bem como que não se enquadra dentre as pessoas jurídicas previstas no § 4º, do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/06.

..... de ..... de 2026.

.....  
assinatura do representante legal



## ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE ATENDE AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII, DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

Concorrência Eletrônica nº 05/2026

### DECLARAÇÃO

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA, inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu(sua) representante legal o(a) Sr.(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ..... e do CPF nº....., DECLARA, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei 14.133/21 e inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

Pilar do Sul, ..... de ..... de 2026.

.....  
(assinatura do representante legal )

(obs.: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).



## ANEXO IX – PROPOSTA

Concorrência Eletrônica nº 05/2026

<b>Razão Social:</b>		
<b>Endereço:</b>		
<b>Cidade:</b>	<b>CEP:</b>	<b>Fone/Fax:</b>
<b>e-mail:</b>		<b>CNPJ nº</b>

<b>OBJETO</b>
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DA PRAÇA DO CEMITÉRIO “SÃO JOÃO BATISTA”, LOCALIZADO NA RUA JOÃO BATISTA RIBEIRO, BAIRRO CENTRO, NESTE MUNICÍPIO DE PILAR DO SUL/SP, compreendendo material e mão de obra, conforme especificações deste Edital e seus Anexos.
<b>Preço Global: R\$</b>
<b>Preço Global R\$ (por extenso):</b>

### PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

### CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

### DECLARAÇÃO

- 1 - Declaro que o prazo de eficácia desta proposta é de 60 (sessenta) dias, a contar da data da entrega.
- 2 - Declaro, sob as penas da lei, que os serviços ofertados atendem todas as especificações exigidas no edital.
- 3 - Declaro que os preços acima indicados contemplam todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: tributos, encargos sociais, material, despesas administrativas, seguro, frete e lucro.

<b>Nome do Responsável que assinará o contrato:</b>	
<b>RG:</b>	<b>CPF nº:</b>
<b>E-mail pessoal:</b>	<b>E-mail profissional:</b>

<b>Nome do Responsável pela proposta:</b>	
<b>RG:</b>	<b>CPF nº:</b>
<b>Local e Data:</b>	
<b>Assinatura:</b>	



## ANEXO X – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA E FATOS IMPEDITIVOS

Concorrência Eletrônica nº 05/2026

### DECLARAÇÃO

A empresa ..... inscrita no CNPJ/MF sob nº ....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade RG nº ..... e do CPF nº ....., DECLARA que examinou criteriosamente os documentos deste Edital e julgou-os suficientes para a elaboração da proposta financeira voltada ao atendimento do objeto licitado em todos os seus detalhamentos. DECLARA ainda que até a presente data, esta empresa não foi considerada inidônea pelo Poder Público, de nenhuma esfera, não subsistindo nenhum fator impeditivo à sua participação no presente certame licitatório.

....., ..... de ..... de 2026.

.....  
(representante legal)



## ANEXO XI – MODELO DE INDICAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO

Concorrência Eletrônica nº 05/2026

Eu ....., representante legal da empresa ....., CNPJ/MF nº ....., interessada em participar do certame em epígrafe da Prefeitura de Pilar do Sul-SP, indico abaixo o(s) Engº(s) responsável(eis) técnico(s) pela obra, o(s) qual(is) concorda(m) expressamente com sua indicação assinando abaixo, comprometendo-se a desempenhar essa função a contento.

Nome	Qualificação	Nº Registro CREA	Assinatura do responsável técnico

....., ..... de ..... de 2026.

\_\_\_\_\_  
(carimbo e assinatura do representante legal da empresa)



## ANEXO XII – ATESTADO DE VISITA

Concorrência Eletrônica n.º 05/2026

### ATESTADO DE VISITA

ATESTAMOS, em atendimento ao item ..... do Edital da Concorrência Eletrônica n.º 05/2026, que a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ n.º \_\_\_\_\_, devidamente representada no ato pelo Sr. \_\_\_\_\_, portador da Cédula de Identidade RG n.º \_\_, visitou os locais \_\_\_\_\_, constantes no objeto do procedimento licitatório acima referido, para conhecimento de suas condições e características, não se aceitando, a esse respeito, quaisquer alegações posteriores, inclusive prejuízo, ou ainda, reivindicar benefícios sob a invocação de insuficiência de informações sobre o local de seu interesse.

....., .... de ..... de 2026.

.....  
Secretaria de .....



### ANEXO XIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Concorrência Eletrônica n.º 05/2026

A Empresa \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado de \_\_\_\_\_, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ nº. \_\_\_\_\_, por intermédio de seu(s) representante(s) legal(is), Sr.(a) \_\_\_\_\_ portador(a) da Carteira de Identidade RG nº \_\_\_\_\_.-SSP-\_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob nº \_\_\_\_\_ interessada em participar da licitação Concorrência Eletrônica nº. 05/2026, da Prefeitura do Município de \_\_\_\_\_, **DECLARA**, para todos os fins, especialmente para cumprimento da habilitação da licitação em referência, que tem pleno conhecimento de todas as condições das áreas em que serão executados os serviços, estando familiarizada com a natureza e vulto dos serviços, bem como informada à respeito de todas as condições locais e regionais que possam incidir no valor da proposta.

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal

Nome:  
RG n.º.:



## ANEXO XIV – DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

### DECLARAÇÃO

A empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ/MF sob nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, inciso IV da Lei nº 14.133/2021).

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do representante  
RG nº .....



## ANEXO XV - MINUTA DO CONTRATO

### CONTRATO N.º /2026

### CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 05/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO N.º 318/2026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR DO SUL**, CNPJ n.º 46.634.473/0001-41, com sede na Rua Tenente Almeida, n.º 265, Bairro Centro, nesta cidade, denominada simplesmente **PREFEITURA**, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **CLAYTON ÁLVARO MACHADO**, brasileiro, casado, relações públicas, portador da Cédula de Identidade RG. n.º 28.xxx.639-6, inscrito no CPF sob n.º 309.xxx.448-45, residente e domiciliado à Rua Tenente Almeida, n.º 464, Centro, nesta cidade, e a empresa ....., com sede na Rua ....., n.º ....., na cidade de ....., Estado de ....., inscrita no CNPJ sob o n.º ....., doravante denominada **CONTRATADO**, representada neste ato por ....., portador do RG n.º ....., inscrito no CPF n.º ....., firmam o presente Contrato, concernente à licitação **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n.º 05/2026**. Os contraentes enunciam as seguintes cláusulas e condições que regerão o contrato em harmonia com os princípios e normas da legislação aplicável à espécie, especialmente a Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações posteriores, que as partes declaram conhecer, subordinando-se, incondicional e irrestritamente, às suas estipulações.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA (DO OBJETO)**

**1.1. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DA PRAÇA DO CEMITÉRIO “SÃO JOÃO BATISTA”, LOCALIZADO NA RUA JOÃO BATISTA RIBEIRO, BAIRRO CENTRO, NESTE MUNICÍPIO DE PILAR DO SUL/SP**, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos, com recursos provenientes do Convênio n.º 100611/2026 – Secretaria de Governo e Relações Institucionais (Estadual) e contrapartida Municipal.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA (DO PRAZO, CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS)**

**2.1** – O prazo para execução dos serviços é de **180 (cento e oitenta) dias**, que se iniciará do recebimento da Ordem de Início de Serviços, expedida pela Secretaria de Obras, Infraestrutura e Urbanismo, podendo ser prorrogado, mediante justificativa fundamentada à Prefeitura de Pilar do Sul.

**2.2** - A contratada deverá fornecer todos os equipamentos e materiais necessários para execução da obra e os serviços contratados serão executados rigorosamente de acordo com os documentos anexo ao edital e com as normas técnicas e legislações vigentes. É responsabilidade da contratada zelar pelos equipamentos utilizados para a execução dos serviços;

**2.3** - A contratada ficará responsável por fornecer, caso haja necessidade, hospedagem, refeições e deslocamento dos seus funcionários até o local de trabalho, conforme determinam as legislações trabalhistas vigentes.

**2.4** - A contratada deverá obedecer às determinações legais ou emanadas por autoridades legais, ou pela contratante (Meio ambiente, segurança e saúde ocupacional).

**2.5** - A contratada deverá apresentar os relatórios de PCMAT - Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho, PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional e PPRA-Programa de Prevenção de Riscos Ambientais e implementar os programas na obra;

**2.6** - A contratada deverá empregar mão-de-obra idônea de modo a reunir permanentemente em serviço uma equipe técnica homogênea e suficiente de operários e encarregados devidamente treinados e habilitados, visando à perfeita execução dos serviços.

**2.7** - A contratada deverá indicar o seu responsável técnico e realizar a emissão da ART de execução da obra ou serviço, assinada e com taxa recolhida, devendo este ser aprovado pelo departamento técnico da Secretaria de Obras, Infraestrutura e Urbanismo (SOIURB).

**2.8** - O prazo para emissão do documento que trata o item anterior não poderá ser superior a 2 (dois) dias após a data de emissão da ordem de serviço inicial.

**2.9** - Todos os materiais deverão ser de primeira qualidade e fornecidos pela empresa responsável pela execução da obra/serviço.

**2.10** - Toda mão de obra será fornecida pela contratada.

**2.11** - Serão impugnados pela fiscalização da Prefeitura todos os trabalhos que não satisfaçam às condições contratuais.

**2.12** - Qualquer alteração que se fizer necessária em projeto ou especificação, deverá ser previamente autorizada pela fiscalização da obra (contratante), ficando a cargo da contratada, quando for o caso, a elaboração do “as built” para cadastro na prefeitura, apresentando-os em cópia e arquivo digitalizado.

**2.13** – A execução do(s) contrato(s) será(ão) acompanhada(s), conforme o caso, nos termos do art. 117 da Lei Federal n.º 14.133/21.



**2.14** – A Administração rejeitará o objeto executado em desacordo com o contrato.

**2.15** – O objeto ora licitado, deverá ser executado em estrita concordância com o Anexo I – Termo de Referência e Anexo II – Memorial Descritivo, do presente edital.

**2.16** – O recebimento das obras pela Prefeitura será:

**2.16.1 – Provisório:** Quando o serviços solicitado estiver inteiramente concluído, de perfeito acordo com o Projeto e Especificações, será lavrado Termo de Recebimento Provisório assinado pela Municipalidade, através de preposto juntamente com funcionário designado para acompanhamento dos serviços e pela Contratada, o que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data da comunicação escrita da conclusão da obra pela Contratada;

**2.16.2 – Definitivo:** O Termo de Recebimento Definitivo da obra será assinado pela Municipalidade, através de preposto responsável por seu acompanhamento / fiscalização pertencente ao próprio Município e pela Contratada, o qual será lavrado em até 90 (noventa) dias corridos após o decurso do prazo para observação, nos termos do art. 140, da Lei 14.133/21 e alterações, se tiverem sido atendidas todas as reclamações da Prefeitura referentes a defeitos ou imperfeições que venham a ser verificadas em qualquer parte dos serviços executados, e se a Contratada tiver atendido a todas as exigências legais, fiscais e trabalhistas referentes à obra.

**2.17** – O prazo para observação na obra será de 90 (noventa) dias contados do recebimento provisório.

## CLÁUSULA TERCEIRA (DO VALOR)

**3.1.** O valor deste contrato é de R\$ ..... (.....), considerando valor transcrito na cláusula primeira, conforme classificação final da Contratada constante na ata da sessão da Concorrência Eletrônica, devidamente juntada nos autos do referido processo, correspondendo aos objetos definidos na cláusula primeira.

**3.2.** A Contratante poderá suprimir ou acrescer o objeto do contrato, a critério exclusivo, de acordo com o disposto no Art. 125, da Lei Federal n.º 14.133/21.

## CLÁUSULA QUARTA (DA DESPESA)

**4.1.** Os recursos financeiros para o atendimento ao objeto deste Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Nota de Reserva Orçamentária nº 331

Ficha: 631

Unidade Orçamentária: 020501 – SECRETARIA DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO

Funcional: 15.451.0014.1416.0000 – Reforma da Praça do Cemitério São João Batista - Convênio 100611

Categoria Econômica: 4.4.90.51.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES

Fonte do Recurso: 0 0200 - Recurso Estadual

Nota de Reserva Orçamentária nº 342 e 343

Ficha: 283

Unidade Orçamentária: 020501 – SECRETARIA DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E URBANISMO

Funcional: 15.451.0014.1410.0000 – REVITALIZAÇÃO DE PRAÇAS E ESPAÇOS PÚBLICOS

Categoria Econômica: 4.4.90.51.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES

Fonte do Recurso: 0 0100 - Recurso Tesouro

## CLÁUSULA QUINTA (CONDIÇÕES DE MEDIÇÕES/ PAGAMENTO)

**5.1.** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após medição aprovada, conforme percentual executado de evolução da obra, aferido pelos técnicos da Prefeitura Municipal.

**5.1.2.** A CONTRATADA deverá protocolar junto a Prefeitura, a solicitação de medição de obra, apresentando o requerimento, planilha e os documentos que comprovem a regularidade trabalhista dos funcionários.

**5.2.** A aprovação da aferição prévia apresentada pela CONTRATADA não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados e materiais utilizados.

**5.3.** Após a aprovação, a CONTRATADA emitirá Nota Fiscal/Fatura.

**5.4.** O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, acompanhada dos demais documentos exigidos neste Edital.

**5.5.** O “atesto” da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA com os serviços efetivamente executados.

**5.6.** Se forem constatados erros no Documento Fiscal, suspender-se-á o prazo de vencimento previsto, voltando o mesmo a ser contado, a partir da apresentação dos documentos corrigidos, sem qualquer acréscimo.

**5.7.** A liberação do pagamento estará condicionada à apresentação pela Contratada dos seguintes documentos, de sua única e inteira responsabilidade:



- a) A apresentação da relação de empregados que estiverem envolvidos na prestação de serviços contratados; e
- b) A apresentação das Guias de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP, relativo ao mês imediatamente anterior;
- c) Comprovante de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, devidamente recolhida, do CREA-SP.
- d) Certidão Negativa de Tributos Municipais.
- e) Certidão Negativa de Tributos Estaduais.
- f) Certidão Negativas de Tributos Federais.
- g) Certidão Negativas de Débitos Trabalhistas.
- h) Certidão Negativa de Falência/Concordata
- i) Protocolo de Conectividade
- j) Certidão de Regularidade do FGTS.
- k) DCTFWEB e Recibo de entrega com comprovante de pagamento do período.
- l) GRF- com comprovante de pagamento do FGTS do período.
- m) Folha de Pagamento do Período da execução dos serviços com a relação dos funcionários alocados de acordo com o contrato. GEFIP-SEFIP do período com os funcionários alocados de acordo com o número estabelecido no contrato no CNPJ da Prefeitura ou CNO da obra quando for o caso.
- n) Para receber o último pagamento correspondente a conclusão das obras, além dos documentos acima citados, a CONTRATADA primeiramente deverá realizar o fechamento da matrícula no Cadastro Nacional de Obras (CNO) da obra, arcando com os custos deste encerramento, assim como apresentar a Certidão Negativa de Débitos da Obra junto ao INSS.

5.8. Havendo erro na apresentação de qualquer dos documentos exigidos nos subitens anteriores ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.9. Deverá constar no documento fiscal: Concorrência Eletrônica nº 05/2026, bem como Banco, nº da Conta Corrente e Agência bancária, sem os quais o pagamento ficará retido por falta de informação fundamental.

5.10. A Prefeitura reserva-se o direito de descontar do pagamento devido à licitante vencedora, os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas por descumprimento de cláusulas contratuais, bem como os tributos e contribuições devidos e permitidos em lei.

5.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos da Instrução Normativa nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, inclusive quanto ao artigo 31 da Lei nº 8.212, de 1991.

5.12. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

5.13. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, instituído pelo artigo 12 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção quanto aos impostos e contribuições abrangidos pelo referido regime, em relação às suas receitas próprias, desde que, a cada pagamento, apresente a declaração de que trata o artigo 6º da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

5.14. Das Obrigações Acessórias referente ao INSS, em conformidade com a Instrução Normativa RFB nº 2110, de 17 de outubro de 2022 em seu Art. 25 § 11. Para fins do disposto no inciso IV do caput, a empresa prestadora de serviços está obrigada a destacar nas notas fiscais, nas faturas ou nos recibos de prestação de serviços emitidos, o valor da retenção para a Previdência Social, na forma estabelecida nos arts. 121 e 122. (Lei nº 8.212, de 1991, art. 31, § 1º; e Regulamento da Previdência Social, de 1999, art. 219, § 4º)

5.15. Se não houver a discriminação de valores em contrato, independentemente da previsão contratual do fornecimento de equipamento, a base de cálculo da retenção de que trata o art. 110 corresponderá, no mínimo, aos seguintes percentuais do valor bruto da nota fiscal ou fatura:

- a) 50% (cinquenta por cento), para a prestação de serviços em geral; e
- b) no caso da prestação de serviços na área da construção civil:
  1. 10% (dez por cento), para pavimentação asfáltica;
  2. 15% (quinze por cento), para terraplenagem, aterro sanitário e dragagem;
  3. 45% (quarenta e cinco por cento), para obras de arte (pontes ou viadutos);
  4. 50% (cinquenta por cento), para drenagem; e
  5. 35% (trinta e cinco por cento), para os demais serviços realizados com a utilização de equipamentos, exceto os manuais.

5.16. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela CONTRATADA, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

5.17. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.



5.18. A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

5.19. Nenhum pagamento será feito à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

5.20. IMPOSTO DE RENDA NA FONTE: De acordo com a instrução normativa 2.145 de 26/06/2023 (Publicado no DOU de 27/06/2023, seção 1, página 42, onde dispõe que, os órgãos da administração pública direta dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive suas autarquias e fundações, ficam obrigados a efetuar a retenção na fonte do imposto sobre a renda incidente sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil. Portanto as retenções serão feitas em conformidade com as instruções do Mafon publicado no dia 23/02/2023, Instrução Normativa RFB no 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e Decreto Municipal nº 4.264 de 03 de agosto de 2023. As notas fiscais emitidas pelos fornecedores devem conter a alíquota descrita na tabela de retenção anexo único do Decreto Municipal que estabelece as alíquotas aos Órgãos Públicos, o valor da retenção de acordo com o material entregue ou serviço prestado, e no caso de emissão de boletos, esses devem vir com o valor líquido.

## **CLÁUSULA SEXTA (DO PRAZO)**

6.1. O Contrato terá vigência por 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério das partes, nos limites legais permitidos da Lei nº 14.133/2021.

## **CLÁUSULA SETIMA (DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA)**

7.1. São obrigações da Contratada:

7.2. Fornecer o objeto, de acordo com as exigências do Edital e seus Anexos, admitindo-se somente produto/serviço de qualidade;

7.3. Obedecer o prazo de entrega do objeto estipulado e cumprir todas as exigências do edital;

7.4. Arcar com todos os custos de entrega do objeto, bem como, reposição ou reentrega nos casos em que o objeto não atender as condições do Edital;

7.5. Pagar todos os tributos que incidam ou venham incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos e serviços prestados;

7.6. Comunicar à Contratante, imediatamente, qualquer ocorrência ou anormalidade que venha interferir na entrega do objeto;

7.7. Indicar representante, que responderá perante a Administração por todos os atos e comunicações formais.

## **CLÁUSULA OITAVA (DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE)**

8.1. São obrigações da Contratante:

8.2. Fornecer todos os dados e especificações necessárias à completa e correta entrega do objeto;

8.3. Comunicar à Contratada, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, das necessidades supervenientes porventura ocorridas, para o perfeito cumprimento do objeto deste instrumento.

8.4. Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto desta licitação;

8.5. Aplicar à Contratada as penalidades, quando for o caso;

8.6. Prestar à Contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita entrega do objeto;

8.7. Efetuar o pagamento à Contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;

8.8. Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção;

8.9. Garantir à Contratada o direito ao contraditório e ampla defesa nos casos de aplicação de sanções.

## **CLÁUSULA NONA (DAS SANÇÕES)**

9.1 - A Contratada que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente Contrato ficará sujeita às penalidades previstas no art. 156 da Lei 14.133/21.

9.2 - Nos termos do art. 156 da Lei n.º 14.133/21, pela inexecução total ou parcial do Contrato dele derivado, a Contratada, garantida a prévia defesa, ficará sujeita às seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa de até 30% (trinta por cento) do valor do Contrato;

c) Impedimento de contratar com este órgão promotor do certame, por prazo de até 3 (três) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública em geral pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

9.3 - O atraso injustificado na prestação dos serviços, sujeitará a Contratada à multa de mora, calculado por dia de atraso da obrigação não cumprida na seguinte proporção:

a) atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,1% (um décimo por cento) ao dia; e



b) atraso superior a 30 (trinta) dias, até o limite de 60 (sessenta) dias: multa de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia.

9.4 - Pela inexecução total ou parcial do Contrato, poderão ser aplicadas à Contratada as seguintes penalidades:

a) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida; e

b) a aplicação de Impedimento de licitar e contratar com a Municipalidade e/ou declaração de inidoneidade, conforme previsto no artigo 156, III e IV da Lei Federal n.º 14.133/21.

9.5 - A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis. A penalidade de multa poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com qualquer das demais, podendo ser descontada de eventuais créditos que tenha em face da Contratante.

9.6 - As multas previstas nesta cláusula não têm natureza compensatória e o seu pagamento não elide a responsabilidade da Contratada por danos causados à Contratante.

9.7 - O prazo para defesa prévia quanto à aplicação de penalidade é de 15 (quinze) dias úteis contados da data da intimação do interessado.

9.8 - O valor das multas será recolhido aos cofres Municipais, dentro de 03 (três) dias úteis da data de sua cominação, mediante guia de recolhimento oficial.

9.9 - Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido, será automaticamente descontado da primeira parcela de preço a que a Contratada vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

9.10 - Após a aplicação de quaisquer das penalidades acima previstas, realizar-se-á comunicação escrita à empresa e publicação no Órgão de Imprensa Oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato seja registrado no cadastro correspondente.

## **CLÁUSULA DÉCIMA (DA RESCISÃO)**

10.1. O presente Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei Federal n.º 14.133/21, sem prejuízo das sanções previstas naquela Lei e no Edital.

10.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo, assegurado o direito à prévia e ampla defesa.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA (DA CESSÃO OU DA TRANSFERÊNCIA)**

11.1. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão, subcontratação ou transferência, no todo ou em parte, sem a prévia autorização da contratante.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA (DAS RESPONSABILIDADES)**

12.1. A Contratada assume como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das obrigações contratadas. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados à Contratante ou a terceiros na execução deste contrato.

12.2. A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculados à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente à Contratada.

12.3. A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12.4. A Contratada manterá, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidos na licitação.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA (DA GESTÃO DO CONTRATO)**

13.1. O gestor do presente Termo de Contrato será o Secretário de Obras, Infraestrutura e Urbanismo, nos termos do artigo 117 da Lei de Licitações, ao qual competirá velar pela perfeita execução do pactuado, em conformidade com o previsto no Edital, na proposta da Contratada e neste instrumento.

13.2. Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do Contrato o agente fiscalizador dará ciência à Contratada do sucedido, fazendo-o por escrito, bem assim das providências exigidas para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, do contrato, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da Contratada.

13.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui e nem reduz a responsabilidade da Contratada por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do ajuste, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aqueles provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

13.4. O Contratante reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços, caso os mesmos afastem-se das



especificações do edital, seus anexos e da proposta da Contratada.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA (DOS TRIBUTOS E DESPESAS)

14.1. Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA (DA PUBLICIDADE DO CONTRATO)

15.1. Até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura do presente contrato, a **PREFEITURA** providenciará sua publicação no site da Prefeitura [www.pilardosul.sp.gov.br](http://www.pilardosul.sp.gov.br), para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias, daquela data, como condição indispensável para sua eficácia.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA (DA GARANTIA CONTRATUAL)

16.1. A garantia no valor de 5% (cinco por cento) do Contrato, qualquer que seja a modalidade escolhida, nos termos do artigo 98, da Lei 14.133/21, deverá assegurar o pagamento de:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas.

b) prejuízos causados a administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à licitante vencedora.

d) obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela licitante vencedora.

16.1.1 A modalidade seguro garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nas alíneas do subitem 16.1.

16.2 - A garantia poderá ser efetuada nas seguintes modalidades, consoante preceitua o § 1º do artigo 96 da Lei Federal n.º 14.133/21 e suas alterações:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

16.3 - A não prestação de garantia equivalerá recusa injustificada para a celebração do contrato, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando o adjudicatário às penalidades legalmente estabelecidas.

16.4 - A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, conforme dispõe o artigo 100 da Lei Federal n.º 14.133/21 e suas alterações.

16.5 - A liberação ou restituição da garantia não isenta a Contratada das responsabilidades, nos termos das prescrições legais.

16.6 - Será exigida garantia adicional da empresa contratada cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei n.º 14.133/2021.

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA (DO FORO)

17.1. O Foro do contrato será o da Comarca de Comarca de Pilar do Sul /SP, excluído qualquer outro.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente termo foi lavrado e depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Pilar do Sul, ..... de ..... de 2026.

CLAYTON ÁLVARO MACHADO

Prefeito Municipal

Contratante

RAFAEL CORREA MARIANO  
Secretário de Obras, Infraestrutura e Urbanismo

MARCELLO ALCKMIN DE CARVALHO

Secret. Gestor Jurídico

Empresa  
Responsável pela Empresa  
Contratada

**Testemunhas:**

**Nome:**

**CPF:**

**Nome:**

**CPF:**



## ANEXO XVI – TERMO DE CIENCIA E NOTIFICAÇÃO

### **ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS) (REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PILAR DO SUL

CONTRATADO: \_\_\_\_\_

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): \_\_\_\_\_

OBJETO: \_\_\_\_\_

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

#### **1. Estamos CIENTES de que:**

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa(s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

#### **2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**LOCAL e DATA:** Pilar do Sul, \_\_\_\_\_.

#### **AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: CLAYTON ÁLVARO MACHADO

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 309.xxx.448-45

Assinatura: \_\_\_\_\_

#### **RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: CLAYTON ÁLVARO MACHADO

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 309.xxx.448-45

Assinatura: \_\_\_\_\_

#### **RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

**Pelo contratante:**

Nome: CLAYTON ÁLVARO MACHADO



Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 309.xxx.448-45

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Pela contratada:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: CLAYTON ÁLVARO MACHADO

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 309.xxx.448-45

Assinatura: \_\_\_\_\_

**GESTOR(ES) DO CONTRATO:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

**DEMAIS RESPONSÁVEIS (\*):**

Tipo de ato sob sua responsabilidade: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

(\*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021)*